



PROJETO EDUCATIVO

2022 | 2025



Rv. dos Bombeiros Voluntários • 4830-514 Póvoa de Lanhoso • Telefone: 253634811 • Email: comunicacao@epave.pt • www.epave.pt

Financiado por



Documento de referência da ação educativa da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, associado ao processo de alinhamento com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (Quadro EQAVET)

ÍNDICE

I - PREÂMBULO.....	6
II - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E JURÍDICO DO PROJETO EDUCATIVO.....	7
III - CARACTERIZAÇÃO DA EPAVE	10
3.1. Enquadramento histórico da EPAVE	10
3.2. Enquadramento territorial e socioeconómico	12
3.3 Recursos Humanos.....	15
3.4 Recursos Físicos.....	20
IV – MODELO EDUCATIVO DA EPAVE.....	23
4.1 A Cultura da EPAVE	23
4.2 Elementos estruturais do Modelo Educativo.....	25
4.2.1 As unidades de competência e as UFCD	27
4.2.2 Conhecimento, Aptidões e Atitudes	29
4.2.3 Autonomia e flexibilidade	32
4.2.4 Ensino à Distância (E@D)	32
4.3 Contextualização das áreas de intervenção.....	34
4.3.1 Cursos Profissionais.....	34
4.3.2 Curso de Educação e Formação	36
4.3.3 Outras Formações	36
4.4. Áreas transversais da Escola	36
4.4.1 Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania	36
4.4.2 Educação Inclusiva	37
4.4.3 Educação para a Inteligência Emocional.....	41
4.4.4 Princípio da Igualdade de Género	43
4.4.5 Estratégia Internacional	45
V - OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO ALINHADO COM O QUADRO EQAVET	52
5.1 Política da Qualidade.....	52
5.2 Ciclo PDCA e a sua interligação com o Quadro EQAVET	54

5.3 Abordagem por processos	55
5.3 Identificação dos <i>Stakeholders</i>	56
5.4 Grau de envolvimento dos <i>Stakeholders</i> no Ciclo de Qualidade	59
VI - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	70
6.1 Análise SWOT	70
6.2 Áreas de Intervenção	74
VII – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE) DO PROJETO EDUCATIVO	75
OE1 - Promover o Sucesso Escolar	76
OE2 – Reduzir o Abandono Escolar	77
OE3 – Promover o enriquecimento da vertente sociocultural e da cidadania na formação dos/as alunos/as.....	78
OE4 – Desenvolver a Inteligência Emocional de toda a Comunidade Escolar	79
OE5 – Assegurar e reforçar a articulação curricular e a coordenação das equipas pedagógicas	80
OE6 – Promover a melhoria e a eficácia dos processos educativos	81
OE7 – Apoiar e incentivar a participação dos diferentes intervenientes na vida da escola	82
OE8 – Assegurar o estabelecimento de parcerias, protocolos e projetos	83
OE9 – Promover o conhecimento de opções de formação e saídas profissionais	84
OE10 – Promover a Empregabilidade	85
OE11 – Avaliar o impacto e a adequabilidade da formação realizada pela escola.....	86
OE12 – Melhorar as condições materiais e tecnológicas da escola.....	87
OE13 – Promover ações de formação que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional da comunidade envolvente.	88
OE14 – Promover a Autoavaliação Interna.....	89
VIII - AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	90
IX- ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	91
X – DISPOSIÇÕES FINAIS	92
XI - BIBLIOGRAFIA.....	93

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Concelho da Póvoa de Lanhoso.....	12
Figura 2: Estrutura Funcional da EPAVE.....	15
Figura 3: Distribuição dos Recursos Humanos por sexo	16
Figura 4: Distribuição dos/as trabalhadores/as por departamento e serviços.....	17
Figura 5: Distribuição dos Recursos Humanos por habilitações literárias	17
Figura 6: Distribuição dos Recursos Humanos por categoria profissional.....	18
Figura 7: Distribuição do corpo docente pelas componentes de educação/formação	18
Figura 8: Pilares da EPAVE.....	24
Figura 9: Esquema conceptual do Propósito da EPAVE	27
Figura 10: Prioridades da estratégia internacional, alinhadas com o Programa Erasmus+	46
Figura 11: Esquema do Ciclo PDCA da EPAVE	54
Figura 12: Esquematização dos Processos	56
Figura 13: Esquematização das Áreas de Intervenção.....	74
Tabela 1: Domínios de avaliação e ponderações.....	30
Tabela 2: Perfis de Aprendizagem e Descritores.....	31
Tabela 3: Cursos Profissionais autorizados a ministrar pela EPAVE.....	35
Tabela 4: Cursos de Educação e Formação de Jovens autorizados a ministrar pela EPAVE.....	36
Tabela 5: Domínios e tipologia de atividades	37
Tabela 6: Nº de mobilidades europeias no âmbito do Programa Erasmus+, desde o ano letivo 2014/2015	45
Tabela 7: Contextualização do Ciclo PDCA.....	54
Tabela 8: Identificação do Stakeholders Internos e Externos.....	57
Tabela 9: Empresas parceiras de co formação.....	59
Tabela 10: Síntese das Tarefas e Responsabilidades Executivas dos Stakeholders Internos no Ciclo PDCA.....	59
Tabela 11: Síntese do envolvimento dos Stakeholders Externos no Ciclo PDCA.....	67
Tabela 12: Matriz SWOT.....	71
Tabela 13: Identificação dos objetivos estratégicos (OE)	75

I - PREÂMBULO

O Projeto Educativo é o documento de orientação educativa que estabelece a identidade da **ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO AVE E.M.**, adiante designada por **EPAVE**. Cabe ao Projeto Educativo da EPAVE definir: a coerência das diversas ações escolares; a promoção de uma política educativa própria; a partir de um diagnóstico estratégico, definir metas e estratégias para um horizonte temporal de três (3) anos; transformar a EPAVE num núcleo produtor de um conjunto de atividades e num espaço dinamizador de relações com a comunidade onde se integra.

O Projeto Educativo, complementado pelo Regulamento Interno, pelo Plano Anual de Atividades e demais documentos que sustentam as áreas transversais da Escola, foi aprovado pelos Conselhos Pedagógico e de Administração, para um horizonte temporal de 3 anos e aberto à sua reformulação/revisão, sempre que necessário, sendo divulgado a todos os agentes da Comunidade Escolar, através da publicação na página eletrónica da instituição.

II - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E JURÍDICO DO PROJETO EDUCATIVO

Nas últimas duas décadas, a conceptualização do Projeto Educativo (PE) tem acompanhado a evolução e consolidação da autonomia, gestão e administração das escolas.

Como documento referencial de toda a atividade educativa, a construção do PE é uma ação participada por toda a Comunidade Escolar, compreendendo que é um *“documento de caráter pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade da própria escola, através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresenta o modelo geral de organização e os objetivos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência da ação educativa”* (Adelino da Costa, 2004).

Apreende-se, assim, que um Projeto Educativo é um documento de orientação pedagógica que, não podendo contrariar a legislação vigente, explicita os princípios, os valores, as metas e as estratégias através das quais a escola propõe realizar a sua função educativa. Como corroboram os autores Leite, C. *et al* (2001), o PE é um *“documento que formaliza as intenções e as ações da política educativa e curricular de uma escola. É um instrumento de concretização e de gestão da autonomia da escola quando é concebido e desenvolvido na base do cruzamento de perspetivar posições diversas (professores/as, alunos/as, pais, agentes da comunidade, outros/as educadores/as...), que proporcionem a existência de diálogo dentro da escola, e desta com a comunidade, e que enriqueçam a cultura e os saberes escolares com a dimensão social”*.

O Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, refere que *“a reforma educativa não se pode realizar sem a reorganização da administração educacional, visando inverter a tradição de uma gestão demasiado centralizada e transferindo poderes de decisão para os planos regional e local”*. Assim, o diploma define o princípio de que *“a autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.”*

O diploma acrescenta, ainda, que *“a autonomia da escola exerce-se através de competências próprias em vários domínios, como a gestão de currículos e programas e atividades de complemento curricular, na orientação e acompanhamento de alunos, na gestão de espaços e tempos de atividades educativas, na gestão e formação do pessoal docente e não docente, na*

gestão de apoios educativos, de instalações e equipamentos e, bem assim, na gestão administrativa e financeira”.

Seguindo a premissa do Despacho nº113/ME/93 de 23 de junho, “(...) o projeto educativo da escola é um instrumento aglutinador e orientador da ação educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados. Resultante de uma dinâmica participativa e integrativa, o projeto educativo permeia a educação enquanto processo racional e local e procura mobilizar todos os elementos da comunidade educativa, assumindo-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar”.

O Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, considera o projeto educativo como “(...) o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa...”.

Na legislação mais recente e a vigorar, o Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de junho, que estabelece o regime o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, sublinha que o projeto educativo é um documento basilar e constitui-se como “requisito cumulativo de concessão da autorização de funcionamento de uma escola profissional privada” (alínea b, ponto 1, artigo 14º).

Por seu turno, a Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, que regulamenta os cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação escolar e profissional, vem reafirmar a importância do projeto educativo para a autorização de funcionamento de uma escola profissional, como expressa o Artigo 42.º.

Neste sentido, é através de diplomas legais que o projeto educativo da escola aparece fundamentado. Assim, numa sociedade complexa, onde está inserida a escola, constata-se o cruzamento de múltiplas realidades sociais, culturais, educacionais e cívicas, é fundamental que seja realizada uma visão integrada e integradora das realidades estruturais e funcionais, materiais e humanas, didáticas e pedagógicas, tendo em vista a melhoria do serviço prestado pela EPAVE à comunidade que serve.

Por conseguinte, o Projeto Educativo tem implícita, na sua construção, a legislação em vigor, com especial relevo para:

- Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, que regulamenta os cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação escolar e profissional;
- Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da Educação Inclusiva;
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 06 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens;
- Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, que homologa o *“Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória”*;
- Despacho n.º 6173/2016 e Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, que incutem a missão de conceber uma Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, com o objetivo de incluir nas saídas curriculares um conjunto de competências e conhecimentos em matéria de cidadania;
- Decreto-lei nº 92/2014, de 20 de junho, que estabelece o regime o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.
- Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2009, que institui o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (Quadro EQAVET).

III - CARACTERIZAÇÃO DA EPAVE

3.1. Enquadramento histórico da EPAVE

O Ensino Profissional nasce na década de 80, como uma modalidade particular da Educação, astutamente dirigida à qualificação educativa da formação profissional de jovens, articulada numa base escolar, com uma matriz educativa própria e com carácter estruturado. Constitui-se, assim, como uma alternativa às outras vias de formação, com particular realce na formação de quadros médios e profissionais, bem como uma via própria de estudos de nível secundário alternativo ao ensino regular.

Prevaleceram, nesta diferenciação, três princípios: *“a presença de uma forte componente de formação concebida para o exercício de famílias de profissões (áreas de formação); a proximidade entre a formação escolar e as entidades representativas do meio envolvente; a conceção de formação com tendência a terminar, dirigida à conclusão de estudos, sem perder de vista a formação integral dos formandos”* (Franco, 2007: 47).

Portanto, um dos aspetos mais importantes para o sucesso do Ensino Profissional reside na sua aptidão em desenvolver competências nos/as jovens, para que estes/estas se mostrem capazes de aprender a fazer e aprender fazendo, com capacidades de inovação e resolução de problemas. De facto, pretende-se que o aprendizado profissional do/a jovem passe pela formação integral, desenvolvendo a sua individualidade e promovendo as suas competências sociais, capacitando-os/as de autonomia e capacidade de decisão.

Foi, imbuída nestas alterações do sistema educativo português, que a EPAVE foi planeada e projetada em 1995, a partir de um projeto de desenvolvimento local de múltiplas sinergias empreendedoras, entre as quais a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, que desempenha um papel predominante, com o intuito de dar resposta a um conjunto de necessidades da formação profissional assinaladas na região.

A EPAVE foi criada através do Contrato-Programa celebrado em 21 de setembro de 1995, ao abrigo do Decreto-Lei nº70/93 de 10 de março, tendo sido constituída como uma escola de direito privado, com natureza municipal, de responsabilidade limitada, que prossegue fins de interesse público e goza de autonomia cultural, científica, técnica, pedagógica e financeira.

No desempenho da sua atividade, a Escola está sujeita à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação.

Nos termos do artigo 2º, do Decreto-Lei nº71/99, de 12 de março e, para os efeitos previstos no artigo 14º, do Decreto-Lei nº 4/98, de 8 de janeiro, foi atribuída à EPAVE a autorização prévia de funcionamento nº37. Ao longo da sua atividade, a Escola foi tendo aditamentos a esta autorização Prévia, nomeadamente em relação ao alargamento da sua oferta formativa.

Em 21 de junho de 2000 foi celebrado um Contrato Programa entre a Direção Regional de Educação do Norte e a Escola Profissional do Alto Ave- EPAVE, Sociedade Unipessoal, Lda.

No ano de 2012, procedeu-se à alteração do enquadramento legal da EPAVE, passando de Sociedade Unipessoal, Lda. a Empresa Municipal (E.M.), ao abrigo da Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Ao longo dos anos, sucederam-se mudanças no processo de afirmação da Escola com o intuito de potenciar a qualidade do Ensino Profissional e oferecer aos seus alunos um ensino assente em valores humanos, culturais e sociais sólidos, enquadrados nos princípios da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e na sua Política de Qualidade alinhada com o Quadro EQAVET.

Em agosto de 2022, a EPAVE apresentou uma candidatura para a criação de um **Centro de Especialização Tecnológica (CTE) Industrial**, no âmbito da Componente 6 *Qualificações e Competências* (C6) do Plano de Recuperação e Resiliência e do Investimento RECO6-i01 - Modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional. Em dezembro do mesmo ano, a EPAVE viu, assim, aprovado o seu CTE Industrial nas áreas da Mecatrónica Automóvel e Eletrónica. O CTE Industrial da EPAVE visa ser um impulsionador no incremento das qualificações dos/as jovens e, conseqüentemente, na mobilidade social ascendente, promovendo, desta forma, a redução das vulnerabilidades económicas e sociais das regiões onde se insere a Escola, colocando em prática a 1ª agenda temática da Estratégia Portugal 2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro): *“As Pessoas Primeiro: Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade.”*

3.2. Enquadramento territorial e socioeconómico

A EPAVE situa-se na Vila da Póvoa de Lanhoso, em pleno coração do Minho.

Figura 1: Concelho da Póvoa de Lanhoso



O concelho da Póvoa de Lanhoso pertence à NUT III Ave, região caracterizada por uma heterogeneidade entre os concelhos que compõem a região, sendo a análise direcionada em 3 “zonas”. A Zona Ocidente abarca Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela, descritos por possuírem uma elevada densidade populacional e marcadamente urbanos; A Zona Oriente integra Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Vieira do Minho, assinalados como concelhos de baixa densidade e rurais; A Zona de Transição inclui Fafe e Póvoa de Lanhoso.

Relativamente ao diagnóstico económico da região, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020 da CIM do Ave aclara que, apesar da Zona Oriente ser expressivamente rural, a indústria é a principal atividade económica do Ave. A densidade de empresas no Ave ultrapassa, largamente, a observada no Norte e em Portugal, confirmando o carácter industrial deste território.

Contudo, a heterogeneidade que caracteriza o território da NUT III Ave, deverá ser lida como uma oportunidade de criação de uma ação estratégica para minimizar o fosso económico e social entre as zonas do Ave, reduzindo as disparidades entre cada concelho. Como a Póvoa de Lanhoso assume uma posição geográfica entre os concelhos da NUT II AVE, os mais urbanos (Guimarães, Vizela e Vila Nova de Famalicão) e os concelhos mais rurais (Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto) e, possui como concelhos fronteiriços Braga e Amares (NUT III Cávado), a Escola, num mundo cada vez mais complexo e competitivo, assume essa mesma posição e incorpora-a como um elemento distintivo relevante para a afirmação do território como um todo.

Numa análise micro e centralizada, verifica-se que, nos últimos anos, a Póvoa de Lanhoso tem sofrido um desenvolvimento económico e empresarial que tem contribuído para a reestruturação e melhoramento das suas infraestruturas.

O concelho é marcado pela presença do sector secundário e terciário, mas também pelo sector primário, especialmente fruticultura e vinicultura, que começam a apresentar contornos de modernização com o recurso a máquinas e tecnologia.

A industrialização é, ainda, o setor que se mantém bastante enraizado, tendo evoluído e, assegurando, assim, postos de trabalho. É o caso, em primeiro lugar, da industrialização têxtil que se verifica por todo o concelho; da ourivesaria e da sua arte de filigrana, com origem nas freguesias de Sobradelo da Goma e de Travassos, das indústrias de pirotecnia (Fonte Arcada e Taíde) e da extração e corte de granito (na Vila e em Santo Emilião).

Quanto ao setor terciário, o comércio de bens e prestação de serviços tem fundado substancialmente as suas raízes, permitindo, também, a necessidade de especialização da mão-de-obra. A vila da Póvoa de Lanhoso possui um centro urbano, onde se concentram um elevado número de equipamentos e serviços públicos. Nas restantes freguesias, a população é dispersa e a oferta de equipamentos públicos menos marcada.

No domínio demográfico, o município da Póvoa de Lanhoso está classificado como Território de Baixa Densidade, identificados no Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT).

Ressalta-se, neste domínio, o fenómeno social da Emigração que, apesar dos dados dos Censos 2021¹ mostrarem um saldo migratório positivo, é ainda bastante acentuado no concelho da Póvoa de Lanhoso.

A Escola, devido à natureza da sua oferta formativa, acolhe alunos/as dos concelhos limítrofes como Vieira do Minho, Guimarães, Fafe, Cabeceiras de Basto, Braga, bem como do concelho de Montalegre, do distrito de Vila Real. Como tal, é imperativo para a EPAVE assumir uma efetiva estratégia de potencializar a formação técnica profissional, uma vez que a sua génese está profundamente marcada pelo imperativo de responder às necessidades de qualificação de recursos humanos do desenvolvimento económico e coesão social regional e nacional.

Assim, a Escola procura formular, continuamente, a leitura atenta e atualizada da marcha do tecido económico que nesta região se situa, para melhor poder aferir a oferta de formação que ministra e da sua adequabilidade às necessidades sentidas pelo meio empresarial.

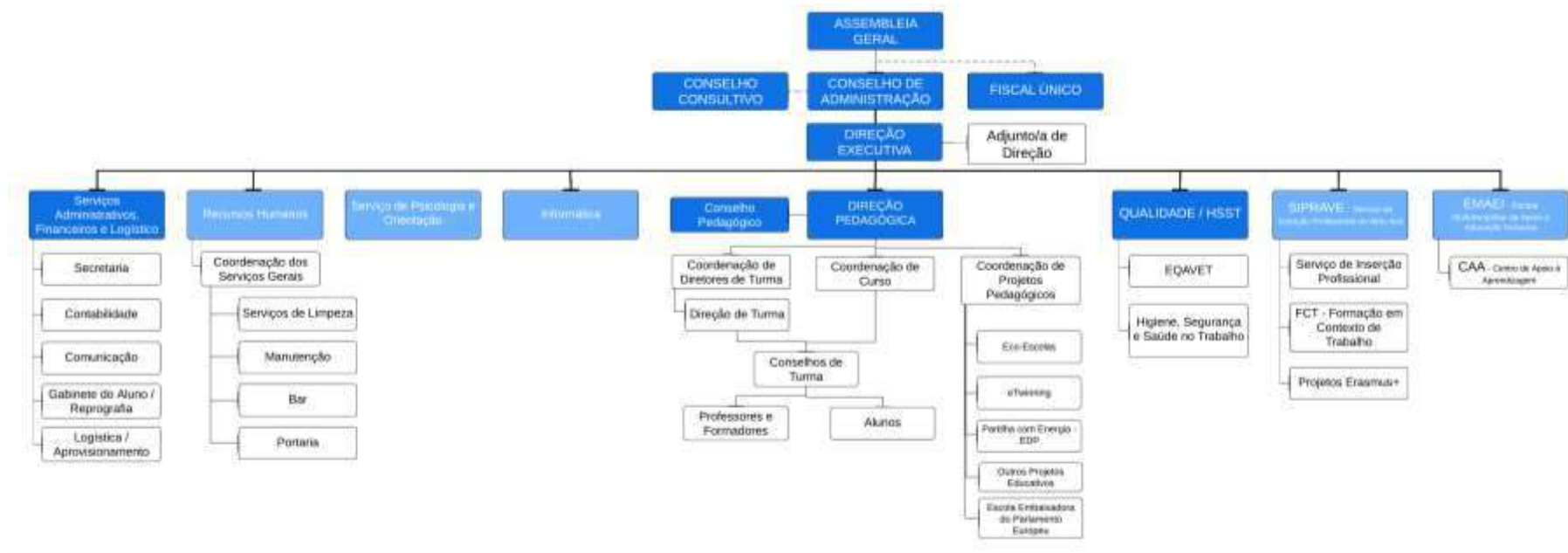
¹ INE, Indicadores demográficos (Última atualização destes dados: 31 de maio de 2021).

3.3 Recursos Humanos

Para a consecução de um Projeto Educativo é necessário que os recursos humanos afetos ao projeto sejam ativos e participativos, com formação académica, profissional e humana adequadas aos objetivos que se pretendem atingir.

Os recursos humanos estão distribuídos pela seguinte estrutura funcional:

Figura 2: Estrutura Funcional da EPAVE

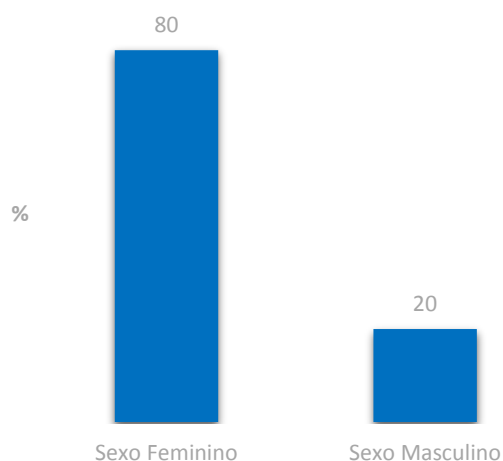


Na dimensão organizacional, a EPAVE prossegue uma política de Recursos Humanos consciente de que, os/as trabalhadores/as são o ativo mais importante que possui para a concretização da missão da instituição. É pertinente referir que todos os processos organizacionais assentam numa cultura de autoavaliação e de melhoria contínua dos seus serviços.

Apresenta-se, seguidamente, a sociografia dos Recursos Humanos da EPAVE:

A Escola possui 30 trabalhadores e trabalhadoras com veículo contratual sem termo e sem termo a tempo parcial, dos quais 80% são do sexo feminino.

Figura 3: Distribuição dos Recursos Humanos por sexo



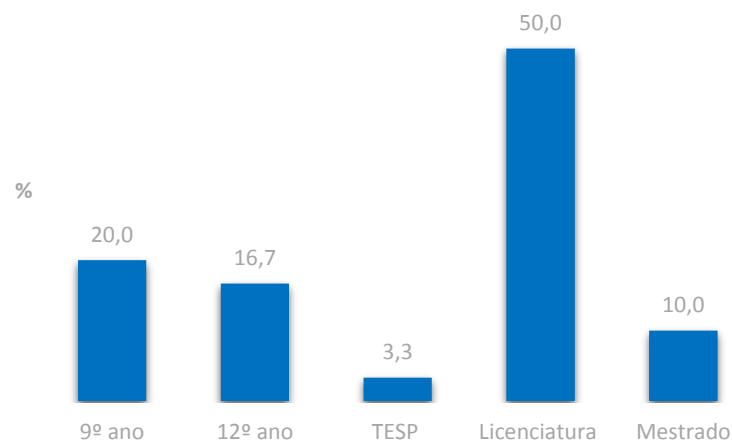
Relativamente à distribuição dos Recursos Humanos pelos diferentes departamentos e serviços, podemos observar na Figura 4 que a Docência comporta o maior número de trabalhadores/as associados/as. Ressalva-se, contudo, que o Grupo da Qualidade é composto por pessoas de vários departamentos, promovendo a participação ativa dos Recursos Humanos no processo de melhoria contínua dos processos da Escola.

Figura 4: Distribuição dos/as trabalhadores/as por departamento e serviços



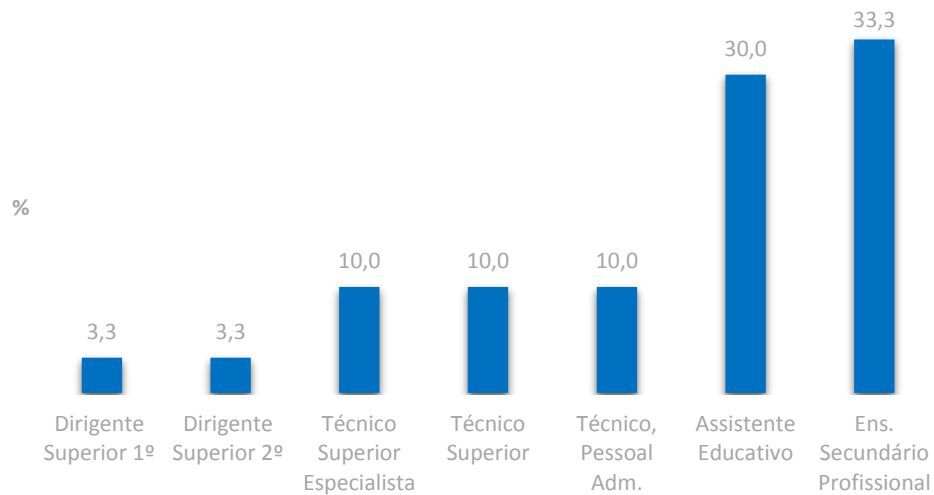
No que respeita às habilitações literárias, 50% dos/as trabalhadores/as possuem Licenciatura.

Figura 5: Distribuição dos Recursos Humanos por habilitações literárias



Quanto às categorias profissionais, na Figura 6, é notória a representatividade dos/das docentes do “Ensino Secundário Profissional” (33,3%). Os/As assistentes educativos/as representam 30% dos Recursos Humanos, equivalente à percentagem dos/as Técnicos/as.

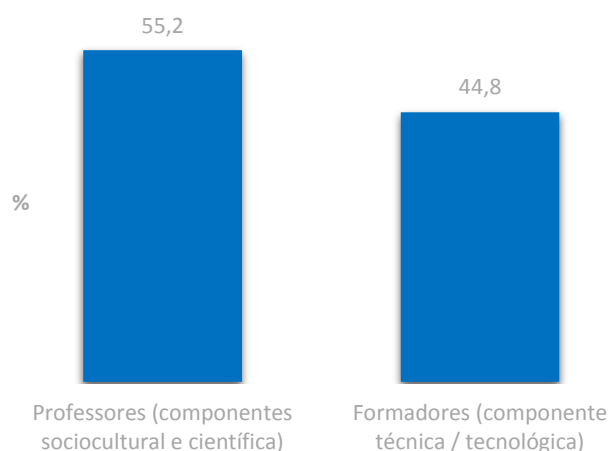
Figura 6: Distribuição dos Recursos Humanos por categoria profissional



O **corpo docente** é uma parte significativa para a concretização dos nossos objetivos. Desempenham um papel ativo em todo o processo de aprendizagem, fomentando, a par do saber fazer, o saber ser.

A sociografia do corpo docente indica que este é constituído por 16 professores/as das áreas sociocultural e científica e 13 formadores/as das áreas técnicas/tecnológicas/práticas, perfazendo num total de 29 docentes, dos quais 70% são do sexo feminino.

Figura 7: Distribuição do corpo docente pelas componentes de educação/formação



Dada a especificidade do modelo pedagógico do Ensino Profissional, impõe-se aliar a total estabilidade do corpo docente nas áreas sociocultural, científica e técnica com a rotatividade/diversidade mínimas de outros cursos profissionais ministrados em diferentes triénios.

Os/As formadores/as da componente técnica/tecnológica/prática possuem uma vasta experiência profissional na docência, bem como nas respetivas áreas profissionais, sendo alguns/algumas deles/as empresários/as na área da formação que ministram, facilitando assim, o ingresso dos/as alunos/as no local de estágio, assim como a sua integração no mundo do trabalho, pós-formação. Ademais, os/as formadores/as são detentores/as do Certificado de Competências Pedagógicas (CCP).

De forma geral, a seleção e recrutamento de recursos humanos tem como base a definição da oferta formativa para o ano letivo seguinte. A seleção de formadores/as é realizada através da análise dos *Curriculum Vitae*, sendo o seu recrutamento realizado também, por recurso a bolsa de formadores/as interna. A seleção é, ainda, efetuada através do contacto direto com empresas e instituições, ligadas à área do curso em questão.

A avaliação ao desempenho docente é realizada através da seguinte metodologia: a avaliação resultante da aplicação dos inquéritos aos/às alunos/as em três (3) momentos ao longo do ano letivo.

O **corpo não docente**, indispensável ao bom funcionamento da EPAVE, encontra-se distribuído por várias categorias e áreas de atividade: serviços administrativos, serviços pedagógicos, contabilidade, técnicos/as superiores e de qualificação intermédia, assistentes operacionais, em quantidade e nível de desempenho adequados às necessidades da Escola.

Dos/as 19 colaboradores/as, 75% são do sexo feminino.

Relativamente aos cargos de direção, estes são 100% ocupados por mulheres.

No capítulo de Recursos Humanos, a Escola cumpre a política da Igualdade de Género, apresentado no documento “*Plano de Igualdade de Género*”. É imperativo para a EPAVE cumprir os requisitos da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, publicada no Diário da República, 1ª série, de 8 de março de 2012. Além disso, o Plano para a Igualdade 2023 visa a prossecução dos princípios da Igualdade nesta instituição de ensino profissional, não apenas de

uma perspetiva formal de garantir a não discriminação de género, mas fruir do seu papel na área da Educação para a criação e transmissão do saber e capacidade de influenciar o meio em que se insere, contribuindo, desta forma, para uma efetiva igualdade entre homens e mulheres.

O recrutamento de profissionais para as várias categorias, é indiferenciado entre mulheres e homens, uma vez que respeita expressamente a norma prevista no artº 24º do Código do Trabalho, proibindo a discriminação de tratamento dos/as candidatos/as a emprego, não podendo estes/estas ser beneficiados/as ou prejudicados/as no acesso ao emprego em função da ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, nacionalidade, origem étnica ou raça, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical entre outras.

3.4 Recursos Físicos

A EPAVE dispõe de instalações próprias com uma área total de 2075 m² com uma lotação global de regime diurno fixada em 264 alunos, distribuídas por dois edifícios interligados, sendo que um foi adaptado com obras de remodelação em 1997, por concurso específico de financiamento do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, cujas tipologias foram previamente aprovadas pela DREN – Direção Regional de Educação do Norte.

Acresce-se, ainda, a esta situada na Avenida dos Bombeiros Voluntários, o espaço oficial situado na Avenida da República, cedido pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, para a ministração da componente prática da formação dos Cursos Profissionais de Manutenção Industrial – Variante Mecatrónica e Mecatrónica Automóvel. Este espaço foi devidamente vistoriado pela DREN e tem uma lotação global de regime diurno fixada em 56 alunos.

A EPAVE possui, ainda, um Protocolo com a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso para a utilização do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, local onde decorre a lecionação da disciplina de Educação Física.

Pelo exposto, asseguramos que todos os espaços de formação da EPAVE cumprem os requisitos exigidos na lei e foram vistoriados e certificados pelas entidades competentes, atual DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, respetivamente.

Quanto às acessibilidades, as áreas estão inteiramente infraestruturadas, com configuração adequada, cumprindo os requisitos legalmente exigidos para a ministração da formação teórico/prática. O edifício-sede comporta acessibilidades e elevadores para pessoas com mobilidade condicionada, bem como instalações sanitárias adequadas a este público. A oficina prática de mecânica automóvel é de fácil acessibilidade, não comportando qualquer barreira. Neste sentido, a Escola garante as acessibilidades sem qualquer condicionante.

Acrescenta-se, de igual modo, que a EPAVE se encontra estrategicamente localizada no centro da vila da Póvoa de Lanhoso, com acesso a vários transportes da rede pública. Num raio inferior a 2 Km, localiza-se o Quartel dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, o Quartel da Guarda Nacional Republicana, Hospital António Lopes e o Centro de Saúde da Póvoa de Lanhoso.

Na ótica de melhoria contínua, a EPAVE, ao longo dos anos, foi submetida a intervenções profundas nas suas infraestruturas: Em 2005, foi realizada a ampliação do edifício-sede, permitindo a adição de mais espaços de formação prática e teórica, o que possibilitou acolher mais alunos/as, elevando a sua capacidade de lotação. Em 2021, foram executadas obras de requalificação, que se enquadraram na melhoria da eficiência energética e ambiental do edifício-sede.

As obras realizadas nestes dois períodos tiveram como objetivo a eficiência e modernização do edifício, que, sobremaneira, permitem que a Escola desenvolva as suas atividades em instalações que proporcionem, corretamente, as condições de habitabilidade e de segurança constantes dos diplomas legais aplicáveis às edificações em geral. Desta feita, encontra-se assegurada a melhoria das condições pedagógicas, funcionais, construtivas e ambientais adequadas à sua especificidade de estabelecimento de ensino.

Em dezembro de 2022, a EPAVE viu o Centro Tecnológico Especializado (CTE) na área Industrial aprovado, resultado de uma candidatura no âmbito da *Componente 6 Qualificações e Competências (C6)* do Plano de Recuperação e Resiliência e do Investimento REC06-i01-Modernização da oferta dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional.

O CTE está focado nas áreas de Educação e Formação 523 - Eletrónica e Automação e 525 - Construção e Reparação de Veículos a Motor, objetivando a melhoria da capacidade técnica e pedagógica dos seus espaços educativos / formativos, contribuindo para a sua modernização, através do aumento da qualidade da oferta formativa, dando prioridade a cursos direcionados

para a formação prática especializada nestas áreas de grande intensidade tecnológica, nomeadamente nos cursos de Eletrónica, Automação e Computadores e Mecatrónica Automóvel, aumentando, assim, as competências e qualificações dos/as alunos/as no final da escolaridade obrigatória e contribuindo, de igual modo, para a inovação e resiliência da economia local e regional.

Reforçando o crescimento das qualificações intermédias e o crescimento sustentado da procura de formações de nível secundário com certificação profissional associada, particularmente nas áreas de especialização industrial, o CTE da EPAVE visa promover a competitividade das empresas locais e regionais, favorecendo a criação de emprego qualificado e reconhecido, que permitirá estimular o potencial produtivo da economia local e regional, através da mobilização das qualificações e competências dos/as jovens enquanto impulsor de desenvolvimento e competitividade.

IV – MODELO EDUCATIVO DA EPAVE

4.1 A Cultura da EPAVE

A EPAVE construiu a sua identidade a partir dos princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo (art.3º, Lei nº46/86 de 14 de outubro), que explana que o Ensino deve:

- a) Contribuir para a realização do/a aluno/a, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o/a para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos;
- b) Assegurar o direito à diferença, bem como a consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- c) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar uma sólida formação que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- d) Assegurar a igualdade de oportunidades e de género, contribuindo para desenvolver o espírito e a prática democráticas, através da adoção de processos participativos na definição da política educativa, em que se integram todos/as os/as intervenientes, em especial os/as alunos/as, os/as docentes e as famílias.

A cultura da EPAVE assenta em três pilares redigidos aquando da sua criação, mas que refletem o que atualmente é preconizado na Educação global, nomeadamente pelo Andreas Schleicher (2019)², que declara o seguinte: *“A educação já não é apenas ensinar aos estudantes algo específico; é mais importante ensiná-los a desenvolver uma bússola e ferramentas de navegação confiáveis para que eles possam encontrar o próprio caminho num mundo cada vez mais complexo, volátil e incerto. A nossa imaginação, consciência, conhecimento, competências e, o mais importante, os nossos valores comuns, maturidade intelectual e moral e sentido de responsabilidade são o que nos guiará para o mundo se tornar um lugar melhor.”*

² In “Presentation at the Forum on Transforming Education, Global Peace Convention”

Figura 8: Pilares da EPAVE



Neste sentido, os **OBJETIVOS GERAIS** que norteiam a EPAVE incidem em:

- Procurar a inovação e qualidade na formação ministrada e fomentar um projeto curricular inovador e sustentado, que produza a excelência na integração dos/as jovens no mundo do trabalho;
- Trabalhar para a melhoria contínua da qualidade do sucesso escolar e profissional dos/as jovens;
- Promover uma organização interna e funcional capaz de responder aos interesses da formação dos/as alunos/as e das necessidades empresariais da região;
- Formar os/as jovens conscientes dos seus deveres de cidadania, na sua dimensão pessoal e social;
- Promover o combate ao abandono escolar precoce;
- Valorizar os profissionais que na Escola trabalham;
- Promover a cultura de autoavaliação e de melhoria contínua dos seus serviços;
- Incentivar a participação e corresponsabilidade das famílias no processo educativo;
- Garantir recursos didáticos e inovadores, promovendo a utilização das novas tecnologias.

Para a prossecução dos objetivos, são **ATRIBUIÇÕES** da EPAVE:

- a) Contribuir para formação integral dos/as jovens, proporcionando-lhes uma preparação adequada para um exercício profissional qualificado;
- b) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais do respetivo tecido social e empresarial;
- c) Facultar aos/às alunos/as, contactos com o mundo do trabalho, proporcionando-lhes experiência profissional, preparando-os/as, dessa forma, para uma adequada inserção profissional.
- d) Promover, conjuntamente com outros/as agentes e instituições locais, a concretização de um projeto de formação de recursos humanos qualificados, que responda às necessidades do desenvolvimento integrado, particularmente no âmbito racional e local;
- e) Facultar aos/às alunos/as uma sólida formação geral, científica e tecnológica, capaz de os/as preparar para a vida ativa e para o prosseguimento de estudos.
- f) Celebrar protocolos, parcerias, contratos e outros acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

4.2 Elementos estruturais do Modelo Educativo

O modelo educativo da EPAVE assenta na reflexão e na ação, no aprender a fazer, na valorização da aprendizagem por projeto, no conceito de transdisciplinaridade e transversalidade, onde o trabalho dos/as docentes em equipa é crucial.

O modelo educativo da EPAVE assume os **princípios** que orientam, justificam e dão sentido ao *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*, a seguir especificados:

- a) Na **Base Humanista**: a escola habilita os/as jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar;
- b) No **Saber**: o saber está no centro do processo educativo. É responsabilidade da escola desenvolver nos/as alunos/as a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo. Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto;

- c) Na **Aprendizagem**: as aprendizagens são essenciais no processo educativo. A ação educativa promove intencionalmente o desenvolvimento da capacidade de aprender, base da educação e formação ao longo da vida;
- d) Na **Inclusão**: a escolaridade obrigatória é de e para todos/as, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos/as, tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural, como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos/as os/as alunos/as têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos;
- e) Na **Coerência e Flexibilidade**: garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos/as alunos/as no seu processo de formação requer uma ação educativa coerente e flexível. É através da gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto dos/as professores/as e educadores/as sobre o currículo que é possível explorar temas diferenciados, trazendo a realidade para o centro das aprendizagens visadas;
- f) Nas **Adaptabilidade e Ousadia**: educar no século XXI exige a perceção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também, estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções;
- g) Na **Sustentabilidade**: a escola contribui para formar, nos/as alunos/as, a consciência de sustentabilidade, um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, que consiste no estabelecimento, através da inovação política, ética e científica, de relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, económico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana;
- h) Na **Estabilidade**: educar para um perfil de competências alargado requer tempo e persistência. O *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* permite fazer face à evolução em qualquer área do saber e ter estabilidade para que o sistema se adegue e produza efeitos.

Figura 9: Esquema conceptual do Propósito da EPAVE



Fonte: Adaptado de Ministério da Educação / Direção-Geral da Educação (2017), "Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória"

As áreas de competências, de acordo com o documento *do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*, são complementares, sendo que, em cada área curricular estão necessariamente envolvidas múltiplas competências, teóricas e práticas.

Pressupõem-se, assim, o desenvolvimento de múltiplas literacias, nomeadamente, a leitura, a escrita, a matemática e a aplicação das tecnologias de informação e comunicação, que constituem os alicerces para aprender ao longo da vida.

Por conseguinte, o modelo educativo da EPAVE incorpora o desenvolvimento holístico traduzido nos resultados pretendidos, no desenvolvimento da personalidade, no exercício da cidadania e na aquisição das competências imprescindíveis para uma cidadania ativa, na integração na escola e na sociedade, no exercício de uma profissão qualificada e na aprendizagem ao longo da vida.

4.2.1 As unidades de competência e as UFCD

A organização da formação deve partir das grandes realizações inspiradas pelo perfil profissional e pela natureza transversal do ato educativo e formativo, valorizando a visão sistémica e holística.

A Unidade de Competência (UC) consiste numa combinação coerente de resultados de aprendizagem, passível de avaliação e validação autónoma. Os resultados de aprendizagem decompõem-se em conhecimentos, aptidões e atitudes, que são mobilizadas em realizações através das quais o indivíduo evidencia/demonstra o domínio da competência requerida, de acordo com determinados critérios de desempenho e condições de contexto.

Cada Unidade de Competência é composta por vários elementos:

a) **Realizações:** As ações, através das quais o indivíduo evidencia o domínio da UC, ou seja, é a decomposição da Unidade de Formação de Curta Duração (UFCD) em ações profissionais, diretamente observáveis, que permitem demonstrar que o indivíduo age com competência;

b) **Conhecimento:** O “acervo” de factos, princípios, teorias e práticas relacionadas com um domínio de estudos ou de atividade profissional;

c) **Aptidão:** A “capacidade de aplicar o conhecimento e utilizar os recursos adquiridos para concluir tarefas e solucionar problemas. Pode ser cognitiva (utilização de pensamento lógico, intuitivo e criativo) e prática (implicando destreza manual e o recurso a métodos, materiais, ferramentas e instrumentos)”;

d) **Atitude:** A “capacidade para desenvolver tarefas e resolver problemas de maior ou menor grau de complexidade e com diferentes graus de autonomia e responsabilidade”;

e) **Crítérios de desempenho:** O conjunto de requisitos de qualidade da UC associados ao desempenho, isto é, padrões de qualidade para considerar que o indivíduo age com competência (qualidade requerida das realizações);

f) **Recursos Externos:** O conjunto de recursos disponíveis que auxiliam o desenvolvimento das realizações previstas;

g) **Condições de Contexto:** Concretizam as diferentes ações/realizações num espaço e tempo determinados e numa situação concreta, ou seja, em contexto;

h) **Produtos/outputs:** Resultados concretos obtidos em termos de *outputs* produzidos, decorrentes do desempenho. Permitem aferir se o desempenho foi alcançado tendo por base os critérios definidos. Trata-se dos produtos obtidos e/ou das evidências demonstradas.

4.2.2 Conhecimento, Aptidões e Atitudes

A componente do referencial curricular, designado por *Aprendizagens Essenciais*, expressa a tríade de elementos — conhecimentos, capacidades e atitudes — ao longo da progressão curricular, explicitando:

- a) O que os/as alunos/as devem saber (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados concetualmente, relevantes e significativos);
- b) Os processos cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento (operações/ações necessárias para aprender);
- c) O saber fazer a ele associado (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina, na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas, num dado ano de escolaridade.

A aquisição e aplicação do conhecimento nos Cursos Profissionais encontra-se evidenciada na Portaria 1243/90, de 31 de dezembro, que considera que a avaliação deve integrar as metas consignadas “*quer nos programas das disciplinas, quer nas atividades educativas transdisciplinares previstas no plano de estudos*”, bem como “*nas capacidades transversais*”.

O Sistema Nacional de Qualificações, tal como refere a Portaria 782/2009, de 23 de julho, prossegue no sentido do reconhecimento dos resultados de aprendizagem, valorizando as competências obtidas por vias formais, não formais e informais.

Especificamente sobre critérios de avaliação, a Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, revela que deve ser enunciado um perfil de aprendizagens específicas, integrando descritores que informem claramente os/as alunos/as e encarregados/as de educação sobre o que distingue um bom de um fraco desempenho, sempre em consonância com as **Aprendizagens Essenciais** e as áreas de competências inscritas no **Perfil dos/as Alunos/as à Saída da Escolaridade Obrigatórias**.

O Conselho Pedagógico da EPAVE, enquanto órgão regulador do processo de avaliação das aprendizagens, aprova, no âmbito das prioridades e opções curriculares, as ponderações e os critérios de avaliação tendo em conta, designadamente:

- a) O **Perfil dos/as Alunos/as à Saída da Escolaridade Obrigatória**;
- b) As **Aprendizagens Essenciais**, quando aplicável;

c) Os perfis profissionais e referenciais de formação associados às respetivas qualificações constantes no Catálogo Nacional das Qualificações (CNQ);

d) Os demais documentos curriculares respeitantes a cada curso profissional, visando, quando aplicável, a consolidação, aprofundamento e enriquecimento das **Aprendizagens Essenciais**.

Tabela 1: Domínios de avaliação e ponderações

NÍVEL	DOMÍNIOS DE PONDERAÇÕES	
	CONHECIMENTOS E CAPACIDADES	ATTITUDES E VALORES
Nível IV – Curso Profissional	70%	30%

Tabela 2: Perfis de Aprendizagem e Descritores

PERFIS DE APRENDIZAGEM					
DESCRITORES	MUITO INSUFICIENTE	INSUFICIENTE	SUFICIENTE	BOM	MUITO BOM
	0 – 4,4 valores	4,5 – 9,4 valores	9,5 – 13,4 valores	13,5 – 17,4 valores	17,5 – 20 valores
	Desempenho muito insuficiente relativamente aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstos nos diferentes domínios constantes nas Aprendizagens Essenciais e de acordo com as áreas de competência e com os valores e atitudes do Perfil dos/as Alunos/as.	Desempenho insuficiente relativamente aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstos nos diferentes domínios constantes nas Aprendizagens Essenciais e de acordo com as áreas de competência e com os valores e atitudes do Perfil dos/as Alunos/as.	Desempenho suficiente relativamente aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstos nos diferentes domínios constantes nas Aprendizagens Essenciais e de acordo com as áreas de competência e atitudes e valores do Perfil dos/as Alunos/as.	Desempenho bom relativamente aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstos nos diferentes domínios constantes nas Aprendizagens Essenciais e de acordo com as áreas de competência e atitudes e valores do Perfil dos/as Alunos/as.	Desempenho muito bom relativamente aos conhecimentos, capacidades e atitudes previstos nos diferentes domínios constantes nas Aprendizagens Essenciais e de acordo com as áreas de competência e atitudes e valores do Perfil dos/as Alunos/as.

4.2.3 Autonomia e flexibilidade

As Escolas Profissionais são concebidas como espaços privilegiados para a definição das principais decisões a nível pedagógico e curricular, em conformidade com as margens estabelecidas pelo Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho, a saber:

- a) Dispor de maior flexibilidade na gestão curricular, com vista à dinamização de trabalho interdisciplinar, de modo a aprofundar, reforçar e enriquecer as Aprendizagens Essenciais;
- b) Implementar a componente de Cidadania e Desenvolvimento, tendo em vista o exercício da cidadania ativa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha, colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade;
- c) Fomentar nos/as alunos/as o desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da sua autoestima e bem-estar;
- d) Adotar diferentes formas de organização do trabalho escolar, designadamente através da constituição de equipas educativas que permitam rentabilizar o trabalho docente e centrá-lo nos/as alunos/as;
- e) Apostar na dinamização do trabalho de projeto e no desenvolvimento de experiências de comunicação e expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal, valorizando o papel dos/as alunos/as enquanto autores/as, proporcionando-lhes situações de aprendizagens significativas;
- f) Reforçar as dinâmicas de avaliação das aprendizagens, centrando-as na diversidade de instrumentos que permitem um maior conhecimento da eficácia do trabalho realizado, bem como um acompanhamento ao primeiro sinal de dificuldade nas aprendizagens dos/as alunos/as.

4.2.4 Ensino à Distância (E@D)

A pandemia provocada pelo Covid-19 exigiu uma verdadeira adaptação das escolas a fatores que estão fora do controlo e da normalidade que, até então, desconhecíamos. As aulas *online* substituíram, temporariamente, o ensino presencial abrindo caminho a um novo modelo nas escolas com todas as suas potencialidades e fragilidades.

Nada substitui o ensino presencial nem o/a professor/a, contudo, o E@D tornou-se uma realidade, um regime aplicado durante o confinamento, devido às restrições e à evolução pandémica. Apesar de ter sido uma situação implementada devido às restrições e à evolução pandémica nos anos letivos 2019-2020 e 2020-2021, a Escola constatou a necessidade de estar mais preparada para novas realidades. Neste sentido, foi elaborado um *Plano de Ensino à Distância*, contemplando orientações e medidas excecionais, que visam salvaguardar as alterações para diversos cenários impostos por diretrizes supremas, ou restrições momentâneas de alunos/as, motivadas por doença, que condicionem a sua deslocação à Escola, promovendo a organização do regime excecional de realização, avaliação e certificação das aprendizagens.

Ao nível do modelo pedagógico e didático de E@D, procura-se garantir a identidade e a continuidade do modelo já implementado na EPAVE, por forma a acautelar a progressão de processos e métodos de aprendizagens já consolidados junto dos/as alunos/as, garantindo mais facilmente o seu sucesso educativo. Nesse sentido, apontam-se os seguintes critérios de avaliação no que se refere aos conhecimentos e capacidades, com uma ponderação de 50% da classificação final, atitudes e valores, também com 50%:

Conhecimentos e Capacidades

- a) Aquisição das Aprendizagens Essenciais;
- b) Pesquisa e organização da informação;
- c) Realização das tarefas propostas, quer nas sessões síncronas, quer nas assíncronas;
- d) Aplicação ou transferência de processos cognitivos em cenários e contextos diferentes;
- e) Participação de forma empenhada nas aulas síncronas;
- f) Criatividade e espírito crítico.

Atitudes e Valores:

- a) Autonomia dos/as alunos/as;
- b) Autogestão do seu horário para a realização das tarefas propostas;
- c) Cumprimento dos prazos estabelecidos pelo/a professor/a/formador/a para a realização das tarefas;
- d) Assiduidade e pontualidade nas sessões síncronas;
- e) Interesse, empenho e sentido de responsabilidade;

- f) Pertinência das intervenções nas aulas síncronas.

4.3 Contextualização das áreas de intervenção

A **Autorização Prévia de Funcionamento nº 37** foi atribuída à EPAVE, nos termos do artigo 2º, do Decreto-Lei nº 71/99, de 12 de março, e para os efeitos previstos no artigo 14º, do Decreto-Lei nº 4/98, de 8 de janeiro, revogado pelo Decreto-Lei 92/2014, de 20 de junho.

O estabelecimento de ensino fica autorizado a ministrar, nas instalações e demais condições indicadas, os cursos profissionais previstos no artigo 29º do Decreto – Lei 92/2014, de 20 de junho, bem como os cursos e atividades de formação previstas nos números 2 e 3, do artigo 29º, do mesmo Decreto-Lei.

A oferta formativa que a EPAVE disponibiliza à comunidade estudantil, é previamente articulada em rede, tendo em conta a oferta formativa local e as necessidades da região onde se insere, que confluem no SANQ – Sistema de Antecipação de necessidades de qualificações da Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave). Desta feita, a oferta formativa é articulada em rede concelhia (em reunião entre escolas e a Câmara Municipal) e na rede intermunicipal.

Assim, assegura-se que a oferta formativa da EPAVE vai de encontro às necessidades de qualificação sentidas pelo mundo empresarial, correspondendo a áreas ainda com défices de qualificação, procurando-se, desse modo, reforçar a articulação entre a oferta de cursos que se vão constituindo e as necessidades do tecido produtivo, esperando que as estratégias de qualificação possam apoiar, de forma cada vez mais efetiva, as dinâmicas de modernização da economia.

4.3.1 Cursos Profissionais

Os cursos profissionais a ministrar têm a duração de 3 (três) anos e habilitam os/as que os concluírem com aproveitamento, à atribuição de um Diploma de Certificação Profissional de nível IV, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações e o Quadro Europeu de Qualificações, reconhecido em todos os Estados Membros (portaria n.º 782/2009), bem como à obtenção do 12º ano de escolaridade.

Tabela 3: Cursos Profissionais autorizados a ministrar pela EPAVE

CURSOS PROFISSIONAIS	
Eletrónica e Telecomunicações	Turismo Ambiental e Rural
Manutenção Industrial – Eletromecânica	Logística
Manutenção Industrial – Mecatrónica	Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade
Manutenção Industrial – Mecatrónica Automóvel	Secretariado
Eletrónica, Automação e Comando	Higiene e Segurança no Trabalho e Ambiente
Instalações Eléctricas	Cabeleireiro/a
Energias Renováveis	Auxiliar de Próteses
Eletrotecnia	Animador/a Sociocultural
Coordenação e Produção de Moda	Qualidade
Design de Moda	Comunicação e Serviço Digital
Eletrónica, Automação e Computadores	

O currículo dos cursos profissionais integra o plano curricular organizado nos termos previstos na matriz curricular-base constante no Decreto-Lei nº55/2018, de 6 de julho e na Portaria nº235-A/2018, de 23 de julho.

A matriz curricular dos cursos profissionais integra as seguintes componentes de formação:

a) A componente de formação sociocultural, que visa contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos/as alunos/as. É estruturada em disciplinas comuns a todos os cursos: Português, Inglês, Área de Integração, Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação Física.

b) A componente de formação científica, estruturada em duas ou três disciplinas, visa proporcionar uma formação científica consistente com o perfil profissional associado à respetiva qualificação;

c) A componente de formação tecnológica, organizada em UFCD, visa a aquisição e desenvolvimento de um conjunto de aprendizagens, conhecimentos, aptidões e competências técnicas definidas para o perfil profissional associado à respetiva qualificação;

d) A componente de formação em contexto de trabalho (FCT), realizada em empresas ou noutras organizações, em períodos de duração variável ao longo da formação, enquanto experiências de trabalho, designadamente sob a forma de estágio, integra um conjunto de atividades profissionais que visam a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir;

e) É obrigatória a realização de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP) para conclusão do curso, parte integrante da avaliação, devendo possuir a natureza de projeto transdisciplinar, de saberes e de capacidades desenvolvidas ao longo da formação.

4.3.2 Curso de Educação e Formação

Embora a EPAVE não tenha, no presente momento, oferta de Cursos de Educação e Formação, equivalente ao 9º ano de escolaridade, detém a autorização de ministrar a seguinte oferta formativa:

Tabela 4: Cursos de Educação e Formação de Jovens autorizados a ministrar pela EPAVE

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS	
Empregado/a de Restaurante/Bar (CEF)	Eletricista de Instalações (CEF)
Cuidados e Estética do Cabelo (CEF)	Eletromecânico/a de Eletrodomésticos (CEF)

4.3.3 Outras Formações

A EPAVE está recetiva a propostas de formação, nas mais diversas tipologias, desde que enquadradas na sua permissibilidade e/ou, no estabelecimento de protocolos colaborativos e parcerias com outros promotores, para colaboração no desenvolvimento de cada projeto.

4.4. Áreas transversais da Escola

4.4.1 Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

A partir do pressuposto “A Educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro”³, a EPAVE conceptualiza a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) no sentido de formar os/as alunos/as para uma ação pessoal e cívica responsável, formando cidadãos/ãs de plenos direitos e deveres a exercer na sociedade.

Por conseguinte, a EPAVE aperfeiçoa a sua atuação de trabalhar na missão de formar todos/as os/as alunos/as em função do **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**, agindo em consonância com o contexto onde a Escola está inserida e o perfil dos/as alunos/as em

³ “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania”, 2017: 17

particular, adequando, para o efeito, vários níveis, desde o currículo e a gestão horária, à organização e à Estratégia da Escola para a Educação para a Cidadania.

Os domínios e a tipologia de atividades do ENEC 2022-2025 foram apresentados e aprovados em Reunião de Conselho Pedagógico a 24 de novembro de 2022, estando os mesmo elencados no Plano Anual de Atividades (PAA), a saber:

Tabela 5: Domínios e tipologia de atividades

DOMÍNIOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA			
DIREITOS HUMANOS	A	LITERACIA FINANCEIRA E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO	J
IGUALDADE DE GÉNERO	B	RISCO	K
INTERCULTURALIDADE	C	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	L
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	D	EMPREENDEDORISMO	M
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	E	MUNDO DO TRABALHO	N
SAÚDE	F	SEGURANÇA, DEFESA E PAZ	O
SEXUALIDADE	G	BEM-ESTAR ANIMAL	P
MEDIA	H	VOLUNTARIADO	Q
INSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	I	OUTRAS, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DIAGNOSTICADAS PELA ESCOLA	R

Esta estratégia está desenvolvida e pormenorizada em documento próprio, a saber: **Estratégia da EPAVE de Educação para a Cidadania**.

4.4.2 Educação Inclusiva

Alicerçada em valores fundamentais, a Inclusão, enquanto abordagem educativa, tem como princípio primordial o direito à educação, proclamado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948), na Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1959) e, reafirmada na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006).

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, dá corpo à dimensão política, evidenciando o compromisso com a inclusão e enfatizando a dimensão respeitante às práticas educativas, definindo, para tal, medidas de suporte à aprendizagem e inclusão. Assumindo uma perspetiva claramente inclusiva, este Decreto-Lei, assim como os normativos relativos ao currículo do ensino básico e secundário, bem como o **Perfil Dos Alunos à Saída da Escolaridade**

Obrigatória, constituem-se, conjuntamente, como impulsionadores da implementação de mudanças a nível organizacional, como também, do próprio processo educativo.

O **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** é, na sua base, inclusivo, uma vez que considera o desenvolvimento holístico dos alunos/as, considerando as dimensões do saber, do saber fazer e do saber estar, com enfoque na exigência, mas também na atenção à diversidade e, naturalmente, na equidade e democracia. Introduce, ainda, o princípio da flexibilidade, primordial na educação inclusiva.

A visão integrada e contínua da EPAVE sobre a abordagem educativa, assenta na adequação das necessidades e potencialidades de cada aluno/a e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. Estas ações são desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais são convocados pelos seus profissionais, numa lógica de trabalho colaborativo e de corresponsabilização, sempre em função das especificidades dos/as alunos/as.

Nesse sentido, a 4 de março de 2022, foi constituída a **Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva**, doravante designada por EMAEI, cujo Regulamento foi elaborado a 18 de março de 2022 e aprovado em Conselho Pedagógico de 14 de abril de 2022, ao abrigo do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho.

A EMAEI é de composição diversificada e constitui um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem, tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos/as os/as intervenientes no processo educativo, competindo-lhe:

- a) Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva;
- b) Propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar;
- c) Acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão;
- d) Criar os documentos necessários no âmbito da Educação Inclusiva;
- e) Prestar aconselhamento aos/às docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas;
- f) Elaborar o Relatório Técnico-Pedagógico, previsto no artigo 21º e, se aplicável, o Programa Educativo Individual e o Plano Individual de Transição previstos, respetivamente, nos artigos 24º e 25º;

- g) Acompanhar o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem.

No que respeita a esta última alínea, o **Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)** é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da EPAVE, que tem os seguintes objetivos gerais:

- a) Apoiar a inclusão dos/das alunos/as no grupo/turma e nas rotinas e atividades da EPAVE, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- b) Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
- c) Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma;
- d) Promover a qualidade da participação dos/as alunos/as nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;
- e) Apoiar os/as docentes do grupo ou turma a que os/as alunos/as pertencem;
- f) Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo.

4.4.2.1 Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

De acordo com o estipulado no artigo 6º do Capítulo II do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, as Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão visam a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno/a, promovendo a equidade e igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão do aluno. Para tal, as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais (Art.º 7º do capítulo II do Decreto-Lei 54/2018, de 06 de julho).

As **Medidas Universais** correspondem a todas as medidas que a escola mobiliza para todos/as os/as alunos/as, com o objetivo de promover a participação e a melhoria das suas aprendizagens. São medidas universais, entre outras:

- a) A diferenciação pedagógica;
- b) As acomodações curriculares;
- c) O enriquecimento curricular;
- d) A promoção do comportamento pró -social;

- e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

As **Medidas Seletivas** destinam-se a alunos/as que evidenciem necessidades de suporte à aprendizagem, que não foram supridas em resultado da aplicação das medidas universais. São medidas seletivas:

- a) Os percursos curriculares diferenciados;
- b) As adaptações curriculares não significativas;
- c) O apoio psicopedagógico;
- d) A antecipação e o reforço das aprendizagens;
- e) O apoio tutorial.

As **Medidas Adicionais** visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos adicionais significativos. São medidas adicionais:

- a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
- b) As adaptações curriculares significativas;
- c) O plano individual de transição;
- d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado;
- e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

A adoção de qualquer uma das medidas referidas anteriormente, implica a respetiva identificação, aplicação e avaliação, nos modelos definidos e disponibilizados pela EMAEI para o efeito.

De acordo com a filosofia e princípios da educação inclusiva promovidos pela EPAVE, os/as docentes podem e devem implementar, sempre que tal se revele essencial para o sucesso do/a aluno/a, medidas de carácter universal, fazendo-se a devida monitorização das medidas universais implementadas, dando conta da respetiva apreciação, pelo menos no final de cada período letivo.

Do mesmo modo, a EMAEI procede, pelo menos no final de cada período, a uma recolha de dados sobre as Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão adotadas, aferindo a adequabilidade e/ou continuidade das mesmas.

4.4.3 Educação para a Inteligência Emocional

Uma educação inclusiva vai mais além de um espaço comum. Significa *“partir do princípio que a escola é um lugar que proporciona interação de aprendizagens significativas a todos os alunos, baseadas na cooperação e na diferenciação inclusiva.”* (Silva, 2011:17). A educação inclusiva prevê a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando as multiplicidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de género dos seres humanos.

Mas uma escola verdadeiramente inclusiva não é apenas aquela que se limita em abrir as portas a todos/as, mas uma escola:

- a) Que abre as portas de entrada, mas que garante que, à saída, todos/as adquiriram a educação e formação a que têm direito e que perspetivaram para a sua vida;
- b) Que assente na base humanista, cimentada no desenvolvimento de valores e de competências, que torna os/as alunos/as aptos/as ao exercício de uma cidadania ativa;
- c) Onde são valorizadas as múltiplas inteligências, onde todos e todas são capazes de desenvolver o seu talento e de serem respeitados/as pelas suas diferenças e singularidades.

Surge, assim, o conceito de Inteligência Emocional que reforça o caminho para uma educação holística baseada na construção da Pessoa.

Para Daniel Goleman (1996), a inteligência emocional *“surge como a capacidade de reconhecer os nossos sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerirmos bem as emoções em nós e nas nossas relações”*. Entende-se por inteligência emocional, como uma forma mais eficaz de usar a perceção e sensibilidade para reconhecer os sentimentos que estão por trás da comunicação interpessoal, e não, de agir de forma reativa e impulsiva.

Do ponto de vista científico, o conceito de inteligência emocional é determinado como uma habilidade mental, como *“ a capacidade de perceber acuradamente, de avaliar e de expressar emoções; a capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos quando eles facilitam o pensamento; a capacidade de compreender a emoção e o conhecimento emocional; e a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual”* (Mayer, 2004:15).

António Damásio e colaboradores, nas diversas obras, como *“O Sentimento de Si: Corpo, Emoção e Consciência”* (2000) e *“Ao Encontro de Espinosa: As Emoções Sociais”* e a *“Neurologia do Sentir”* (2003) apresentam o valor das emoções, mostrando que estas fazem parte integrante dos processos de raciocínio e tomada de decisão. O autor refere, ainda, que a inteligência emocional pode ser cultivada em qualquer idade: *“Nunca é tarde para apreendermos a gerir as nossas emoções e as nossas relações com os outros”* (Damásio, 2004:44).

Ademais, outros estudos neurofisiológicos (como Berthoz, 2003; Damásio, 1994; Edelman, 1993; Le Doux 1996; Goleman, 1995) sublinham o quanto as emoções influenciam e modificam os processos de aprendizagem. Podem, inclusivamente, transformar o mapa neural tornando-se elemento fundamental para facilitar ou dificultar a memória, seja essa positiva ou negativa.

A educação emocional é, assim, uma abordagem pedagógica que considera essencial cuidar do campo emocional, que acompanha os processos de crescimento e aprendizagem dos/as alunos/as. Esta abordagem define, como objetivo prioritário, ajudar os/as jovens e crianças a reconhecer suas emoções e as dos/as outros/as, para ser capaz de as gerir, nutrindo nos/as mesmos/as uma autoestima saudável e apoiando-os/as na construção de relacionamentos sociais significativos.

O constructo de educação emocional surge, igualmente, na proposta de educação presente no relatório para a UNESCO *“Educação: Um tesouro a descobrir”*, coordenado por Jaques Delors (1996), que defendeu quatro pilares fundamentais para o Ensino:

Aprender a conhecer, combinando uma cultura vasta com a possibilidade de trabalhar em profundidade um número de matérias. Significa também: aprender a aprender, para beneficiar das oportunidades oferecidas pela educação durante toda vida.

Aprender a fazer, investindo no conhecimento e nas competências executórias, que tornam a pessoa apta para enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipa. Mas também, aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

Aprender a ser, focando o desenvolvimento da personalidade e da autonomia na responsabilidade pessoal para explorar talentos interiores ao sujeito. Considera-se que a

Educação deve ter, como finalidade, o desenvolvimento total do indivíduo “*espírito e corpo, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade*” (1997:87).

Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros, desenvolvendo a compreensão do/a outro/a, da empatia e a perceção das interdependências. Este é um grande desafio, em função dos estímulos para a competição e o sucesso individual. A compreensão de si mesmo passa pela compreensão do/a outro/a, ao tomar consciência das semelhanças e das interdependências. Uma das formas de atingir esse objetivo é empregar-se em projetos conjuntos com significados compartilhados e preparar-se para gerir conflitos, respeitando os valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

Levar à prática esta perspetiva paradigmática de mudança, na finalidade da Educação, é acreditar na formação e no crescimento dos/as alunos/as, independentemente da sua condição física e cognitiva, valorizando, assim, uma educação inclusiva de qualidade.

Para o mercado de trabalho, no qual grande parte das situações envolvem relacionamentos entre pessoas e, considerando que as pessoas que apresentam maior capacidade de relacionamento, lidam melhor com emoções negativas, apresentando, também, maior sucesso profissional. Nesta ótica, torna-se fundamental potenciar nos/as nossos/as alunos/as uma melhor gestão e controlo das suas emoções, comportamentos e atitudes, que, por sua vez, serão úteis para o futuro profissional e benéficos para a saúde mental, fornecer-lhes maior capacidade de lidar com as suas emoções e maior controlo sobre os aspetos emocionais.

Neste sentido, a EPAVE entende a necessidade de incluir, no presente Projeto Educativo, um Objetivo Geral de Intervenção relacionado com a Inteligência Emocional. Pretende-se, portanto, ser não só uma Escola centrada no desenvolvimento académico, através de uma preparação para o mercado de trabalho, mas também, uma Escola com preparação para a vida e gestão emocional.

4.4.4 Princípio da Igualdade de Género

Na execução do princípio da Igualdade, a EPAVE elaborou o Plano para a Igualdade, orientado para atingir a igualdade de tratamento de oportunidades, entre mulheres e homens, eliminar as discriminações e facilitar o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal de todos/as os/as trabalhadores/as.

O Plano para a Igualdade da EPAVE prioriza as seguintes áreas:

- a) Igualdade no acesso a emprego;
- b) Igualdade nas condições de trabalho;
- c) Igualdade remuneratória;
- d) Proteção na parentalidade;
- e) Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.
- f) Formação em Igualdade de Género.

Neste domínio, a EPAVE prima pela formação dos seus Recursos Humanos, estando prevista, quer no Plano para a Igualdade, quer no Plano de Formação Interna, formação em Igualdade Entre Mulheres e Homens e Conciliação.

Todavia, a Escola acredita que o primado da Igualdade de Género deve ser transversal nas suas diversas dimensões, assumindo as seguintes ações:

a) Em momento algum, a EPAVE delimita as possibilidades de participação, quer na fase de divulgação quer na sua própria fase de conceção, trabalhando sempre no sentido de constituir grupos mistos e plurais. Neste sentido, tem havido um trabalho colaborativo e interdisciplinar na introdução de temas e projetos formativos que sensibilizem o grupo de alunos/as para o desmantelamento de estereótipos de género e de oportunidades associado às áreas de Educação e Formação do CTE proposto;

b) A escola exclui a utilização de publicações e recursos técnicos e pedagógicos que contêm imagens sexistas ou de conteúdo discriminatório.

c) Em todos os documentos - formulários, impressos, manuais e materiais de formação, textos gerais, entre outros – utilizados nas fases de preparação, divulgação, desenvolvimento e avaliação das ações de formação do projeto opta-se por uma linguagem respeitadora da dignidade dos homens e das mulheres – aquela que faz uma referência explícita a ambos os sexos de forma igual e paralela.

d) Todas as ações de formação previstas incluem conteúdos programáticos dedicados à temática da Igualdade de Oportunidades e Igualdade de Género.

e) Promoção de uma oferta formativa multifacetada para que não haja orientação exclusiva a um determinado género sexual;

f) Na seleção dos/as alunos/as, há um trabalho de orientação vocacional no sentido de acautelar as vocações e interesses pessoais dos jovens e é prestado informações sobre as funções e perfis de desempenho de cada área de Educação e Formação;

4.4.5 Estratégia Internacional

Num mundo cada vez mais global, a criação de sinergias entre diferentes pares de Ensino Profissional e da Cultura, torna-se um pilar no desenvolvimento dos/as alunos/as e dos/as profissionais que na EPAVE trabalham.

Na promoção da vertente europeia, integradora e global do Ensino Profissional, a EPAVE apresenta um histórico de projetos europeus: *Programas Leonardo Da Vinci* e *Sócrates-Comenius* no âmbito do Programa *Aprendizagem ao Longo da Vida*.

A partir de 2014, a EPAVE tem vindo a concretizar projetos de mobilidade no âmbito do *Erasmus+*, programa da Comissão Europeia nos domínios da Educação, Formação, Juventude e do Desporto, ação que se pretende continuar a alimentar.

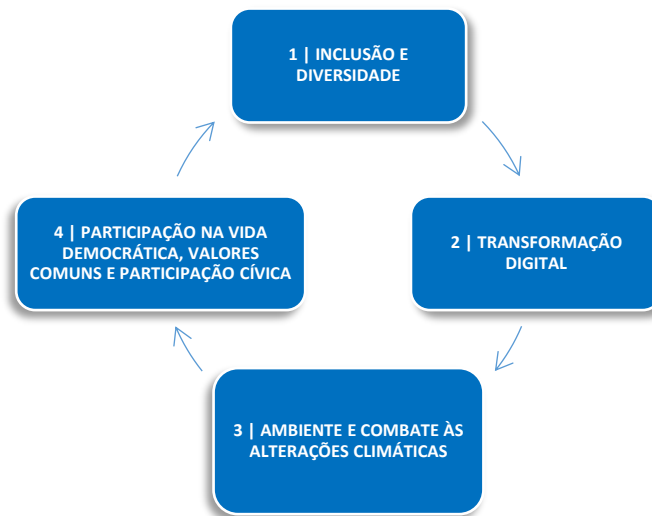
Tabela 6: Nº de mobilidades europeias no âmbito do Programa Erasmus+, desde o ano letivo 2014/2015

Nº DE ALUNOS/AS	Nº DE STAFF (DOCENTES E NÃO DOCENTES) em programas de Job Shadowing
151	22

O objetivo geral da estratégia internacional da EPAVE consiste em apoiar, através de programas de mobilidade e projetos europeus, o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal dos/das seus/suas alunos/as, corpo docente e não docente, contribuindo, assim, para o crescimento sustentável, o emprego de qualidade e a coesão social, bem como para impulsionar a inovação e reforçar a identidade europeia e a cidadania ativa.

Além disso, as prioridades do Programa Erasmus+ estão alinhadas com o Projeto Educativo da EPAVE, que passam por:

Figura 10: Prioridades da estratégia internacional, alinhadas com o Programa Erasmus+



No âmbito da **primeira prioridade**, a EPAVE visa promover a igualdade de oportunidades e de acesso, a inclusão, a diversidade e a equidade em todas as suas ações.

Relativamente aos/às discentes, o enriquecimento profissional e pessoal e o reforço de capital cultural podem ser alcançados através da participação em projetos internacionais. Para além de ser uma oportunidade para os/as jovens viajarem para fora do país, conhecer outra cultura e adquirir e/ou melhorar competências linguísticas, regista-se a necessidade de reforçar a formação profissional dos/as alunos/as e diplomados/as em contexto de trabalho na dimensão europeia, no sentido de haver modernização a nível dos currículos, promovendo a empregabilidade. Desta forma, o *Europass Mobility* e o certificado de estágio em empresas estrangeiras, ampliam as oportunidades de empregabilidade e, conseqüentemente, de inclusão social.

Além disso, sendo a maioria do corpo discente proveniente de regiões rurais, de um quadro familiar de pouco capital cultural, com percursos escolares pouco positivos até ao 9º ano de escolaridade, todas as possibilidades que podem ser criadas pela Escola, através de projetos internacionais, podem ser extraordinariamente motivadoras e únicas. Os projetos europeus contribuem, em grande medida, para a inserção social dos/as jovens, para a melhoria do sucesso escolar, para o aumento do grau de satisfação dos/as alunos/as durante o processo formativo e, para um maior sentimento de credibilidade e de autoestima.

Neste domínio, a EMAEI da EPAVE desempenha um papel fundamental, nomeadamente na identificação das medidas de suporte à aprendizagem e inclusão mais adequadas a cada

aluno/a, assim como no acompanhamento e monitorização da eficácia da aplicação das mesmas. A educação inclusiva demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhum/a jovem deve ser separado/a/excluído/a do grupo/turma por uma diferença ou necessidade especial.

Do ponto de vista pedagógico, esta integração favorece o desenvolvimento conjunto, com vantagens recíprocas. A inserção dos/as alunos/as com dificuldades de aprendizagem ou com outro tipo de dificuldades, constitui um desafio de promoção de estratégias e recursos educativos especializados, no sentido de proporcionar a todos os/as jovens, independentemente das suas dificuldades, diferentes tipos de oportunidades e uma educação de qualidade, pautada pelos princípios da flexibilização e da diferenciação pedagógica.

A nível de *Staff* (pessoal docente e não docente), a EPAVE elabora candidaturas de mobilidade europeia, para que os seus recursos humanos frequentem formação em contexto europeu, permitindo, desta forma, a melhoria das suas competências profissionais e pessoais e a observação *in loco* de outras realidades profissionais e educacionais.

Por conseguinte, a EPAVE entende dar a oportunidade a todos os profissionais de ensino, desde docência, técnicos/as e operacionais, acreditando que a participação de **todos/as** é, indubitavelmente, um contributo basilar para a garantia da equidade e qualidade da Educação e do Ensino, uma vez que os agentes educativos necessitam de aprofundar e atualizar conhecimentos, aptidões e competências, em função da evolução e mutação inatas da sociedade.

Quando à **segunda prioridade** do Programa *Erasmus+*, a partir das necessidades sentidas no interior da instituição, a EPAVE reforça a colocação dos/as alunos/as, docentes, técnicos/as e operacionais no caminho da transformação digital.

Neste sentido, a tónica será colocada na promoção de competências digitais básicas e avançadas, bem como da literacia digital, capacitando a comunidade escolar para uma maior participação na sociedade civil e na democracia.

Na construção de uma Escola Profissional de qualidade e de sucesso, é importante o desenvolvimento organizativo e das suas práticas pedagógicas. Assim, é imprescindível que a mesma inclua Recursos Humanos de qualidade. Por conseguinte, os projetos internacionais são um recurso fundamental na promoção destes requisitos ao fomentar a utilização de

diversas ferramentas digitais que impulsionam as práticas reflexivas, a partilha de experiências e a promoção de trabalho colaborativo.

Neste domínio, é importante destacar o conceito de Cidadania Digital, que consiste na utilização da tecnologia de forma responsável, interagindo de forma ética, independentemente do mundo físico ou digital, respeitando os outros e conhecendo os seus direitos e deveres. De facto, a interação digital é uma parte integrante dos consumidores do século XXI, sendo que a *Internet* ajuda na informação, na construção das nossas opiniões e no eco que dá à nossa voz nos mais variados *outputs*.

A Cidadania Digital anda, assim, de mãos dadas com a literacia digital, sendo esta muito mais do que mero conhecimento tecnológico, dado que inclui uma ampla variedade de práticas éticas e sociais que devem ser incorporadas no trabalho, no ensino e no lazer dos/as utilizadores/as.

A Escola tem apostado em várias iniciativas para a comunidade escolar no âmbito da Cidadania Digital, nomeadamente:

a) **Clube de Programação e Robótica** - Os vários tipos de linguagem de programação estão a ganhar uma importância crescente no mundo atual, sendo fundamentais, não só na área das CTEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática), mas também em outras áreas por auxiliarem no desenvolvimento de capacidades transversais, tais como: o pensamento analítico, a resolução de problemas, o trabalho colaborativo e a criatividade. Este Clube visa capacitar os/as alunos/as para estarem na vanguarda de uma sociedade digitalmente competente, desenvolverem uma melhor compreensão do mundo que os rodeia e terem melhores hipóteses de ser bem-sucedidos na vida pessoal e profissional;

b) **Codeweek for all** - Consideramos que a literacia básica de qualquer pessoa, na era digital, deve incluir uma compreensão da programação e o desenvolvimento de competências fundamentais relacionadas com o pensamento computacional, a saber: competências a nível da resolução de problemas, da colaboração e da análise;

c) **Portugal INCoDe.2030** - É a iniciativa nacional que pretende estimular e garantir o desenvolvimento de competências digitais, enquanto instrumento para a preparação de uma sociedade orientada para o futuro e para as novas oportunidades que surgem face à acelerada adoção das TIC- Tecnologias da Informação e Comunicação;

d) **E-Safety** - É uma iniciativa europeia, dirigida às escolas, que visa promover e certificar práticas de segurança digital;

e) **SeguraNet** - Este projeto tem como missão promover, na comunidade escolar, a navegação segura, crítica e esclarecida na Internet e dos dispositivos móveis. A sua ação passa pela formação de professores/as, pela disponibilização de conteúdos e de recursos educativos digitais e pela dinamização de sessões de sensibilizações;

f) **Líderes Digitais** - Tem como objetivo principal motivar os/as alunos/as para a divulgação de temáticas que incentivem à utilização segura e responsável da Internet e dos ambientes digitais, contribuindo, ainda, para o desenvolvimento da Cidadania Digital. Os Líderes Digitais têm como missão intervir, tanto junto dos seus pares, como dos restantes membros da comunidade educativa em que se inserem, incentivando-os à adoção de uma atitude crítica, refletida e responsável no uso de tecnologias e ambientes digitais;

g) **Programa eTwinning** - Tem, como principal objetivo, criar redes de trabalho colaborativo entre as escolas europeias através do desenvolvimento de projetos comuns, com recurso à Internet e às TIC.

Relativamente à **terceira prioridade**, a rápida delapidação dos recursos naturais, os impactos que a atividade humana tem nos ecossistemas e na biosfera, os níveis elevados de desigualdades sociais e de pobreza que enfrentamos, bem como a falta de ética de gestão corporativa são inimigos de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de assegurar às gerações futuras as oportunidades e qualidade de vida de que as atuais gerações (ainda) gozam. Nessa ótica, a EPAVE tem apostado na Educação Ambiental da sua comunidade escolar, promovendo projetos e ações de sensibilização, de modo a consciencializar todos/as para esta problemática.

Quanto às mobilidades europeias, a EPAVE tem como objetivo contribuir para a neutralidade carbónica, promovendo meios de transporte sustentáveis e um comportamento ambientalmente mais responsável, optando por destinos mais próximos da nossa região. Contudo, entende que esta prioridade do Programa *Erasmus+* não deve resumir-se só a esta dimensão, devendo assumir-se como uma *praxis* da cultura organizacional. A sustentabilidade deve passar a fazer parte de todas as vertentes da educação e da formação, nomeadamente dos programas curriculares, do desenvolvimento profissional para docentes e não docentes, bem como dos edifícios, das infraestruturas e operações.

Neste âmbito, a EPAVE tem reforçado as seguintes iniciativas:

- a) **Clube Eco Escolas da EPAVE**, da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), este é um programa educativo que pretende encorajar o desenvolvimento de atividades que abordam as questões ambientais, inspirado na *Agenda 21*. O Clube tem promovido, nos elementos que dele fazem parte (discentes, docentes e não docentes), a realização de ações que melhorem o desempenho ambiental da escola, contribuindo para a alteração de comportamentos e do impacto das preocupações ambientais nas diferentes gerações;
- b) A escola tem apostado na **filosofia de Papel Zero**, optando pela gestão documental digital e por informatizar os seus processos, procedimentos e arquivos;
- c) Tem apostado na **requalificação das infraestruturas**. Em 2021, executou obras de requalificação, que se enquadraram na melhoria da eficiência energética e ambiental do edifício;
- d) **Projeto Partilha com Energia** da EDP, que promove o desenvolvimento de competências sociais e relacionais em jovens do ensino secundário e profissional, fomentando, também, o sentimento de pertença ao território, através da valorização das energias renováveis e mais ecológicas.

Por último, a **quarta prioridade** está refletida na promoção da cidadania ativa e da ética na aprendizagem ao longo da vida, assim como no desenvolvimento de competências sociais e interculturais, o pensamento crítico e a literacia mediática.

Os projetos de mobilidade europeia facultam, aos seus participantes, oportunidades de participação na vida democrática e de envolvimento social e cívico através de atividades de aprendizagem formal e não formal, em qualquer estado-membro da União Europeia. Esta oportunidade é, sem dúvida, um acréscimo no sentimento de centralidade e de integração na comunidade europeia, onde prevalece o lema “*Unida na diversidade*”.

Todavia, para além da mobilidade europeia, que promove o exercício de cidadão europeu, a Escola tem dinamizado outras iniciativas que fomentam a participação na vida democrática, valores comuns e participação cívica:

- a) **Escola Embaixadora do Parlamento Europeu** é o programa que visa sensibilizar os/as alunos/as para a democracia parlamentar europeia, o papel do Parlamento Europeu e os valores europeus. Incentiva, também, os/as alunos/as a participarem ativamente nos

processos democráticos da UE. Destina-se a alunos/as provenientes de diferentes horizontes no que respeita a percursos escolares, meios sociais e origens geográficas;

b) Clube Comunitário da EPAVE que tem como objetivo a Cidadania Ativa e consciente. Os elementos são desafiados a escolher e pensar em conjunto num problema real da comunidade, estudar soluções simples, levá-las à prática e avaliar e comunicar a experiência e resultados à comunidade. Neste Clube, reforça-se a cooperação, resolução de problemas, ligação à comunidade e os interesses vocacionais. A título de exemplo, em 2021/2022, o lema do Clube Comunitário centrou-se na *“Amizade sem Fronteiras”* e, teve como objetivo a inclusão de crianças ucranianas recém-chegadas ao concelho da Póvoa de Lanhoso, através do convívio e de laços de amizade com outras crianças, suas conterrâneas, a viver na nossa região.

c) Programa Parlamento dos Jovens é uma iniciativa da Assembleia da República, que visa educar os/as jovens para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política; promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões; proporcionar a experiência de participação em processos eleitorais e conhecer a Assembleia da República.

V - OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO ALINHADO COM O QUADRO EQAVET

5.1 Política da Qualidade

A EPAVE compreende que a QUALIDADE é capital e prioritária no segmento da sua atuação, acreditando que o real compromisso com a melhoria contínua da Escola permitirá reforçar e prover todo o serviço de acordo com a sua missão identitária.

O compromisso com a Qualidade da Educação e Formação ministrada pela EPAVE encontra-se explanado no Artigo 6º (*Política de Qualidade*) dos Estatutos da Escola. O Artigo 6º considera, no que lhe concerne, o disposto no Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de junho, que estabelece que as escolas profissionais devem implementar sistemas de garantia da qualidade dos processos formativos e dos resultados obtidos pelos seus alunos/as, sendo que esses sistemas devem estar articulados com o Quadro EQAVET (Artigo 60º).

No ano letivo 2019/2020, a Escola implementou o Sistema de Garantia de Qualidade (SGQ), alinhado com os princípios do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais (**Quadro EQAVET**), instituído pela Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2009.

Depois do trabalho incisivo que foi realizado com a implementação do SGQ alinhado com o Quadro EQAVET, a 17 de novembro de 2020, a EPAVE que recebe o primeiro certificado com o nº 208/2020, que atribui o SELO DE CONFORMIDADE EQAVET, para três anos, período máximo aplicável.

O Quadro EQAVET foi concebido para melhorar a Educação e Formação Profissional (EFP) no espaço europeu, colocando à disposição das autoridades e dos operadores de EFP ferramentas comuns para a gestão da qualidade, assentes numa forte articulação entre os diferentes *stakeholders* (decisores políticos, organismos reguladores, operadores de EFP, alunos/as, profissionais de EFP e de orientação, encarregados/as de educação, empresários/as e outros/as parceiros/as sociais) e o desenvolvimento, monitorização, avaliação e melhoria contínua.

Neste contexto, a implementação do SGQ, alinhado com o Quadro EQAVET, permite à EPAVE o enraizamento de uma cultura de melhoria contínua, objetivando:

- a) Alinhar a visão estratégica e os documentos estruturantes da EPAVE, contemplando os princípios e indicadores EQAVET;
- b) Construir uma cultura de melhoria contínua, baseada em práticas de autoavaliação associadas à aplicação do ciclo de garantia e melhoria da qualidade;
- c) Estreitar o diálogo e o envolvimento dos/as *stakeholders* na decisão das práticas de gestão de EFP, no que respeita à conceção da oferta educativa e na promoção do aumento da empregabilidade;
- d) Procurar a inovação e qualidade na formação ministrada e fomentar um projeto curricular inovador e sustentado, que produza a excelência na integração dos/as jovens no mundo do trabalho;
- e) Trabalhar para a melhoria contínua da qualidade do sucesso escolar e profissional dos/as jovens;
- f) Promover uma organização interna e funcional, capaz de responder aos interesses da formação dos/as alunos/as e das necessidades empresariais da região;
- g) Promover o combate ao abandono escolar precoce;
- h) Valorizar os profissionais que na Escola trabalham;
- i) Promover a cultura de autoavaliação e de melhoria contínua dos seus serviços.

Para a operacionalização do Projeto Educativo, em alinhamento com o EQAVET, foi constituído o **Grupo da Qualidade / Certificação** composto pelo/a Diretor/a da Escola, Diretor/a Pedagógico/a e pelo/a responsável do Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade (SGQ), coadjuvados/as por outros elementos envolvidos no processo de monitorização, melhoria contínua e prossecução do Selo de Conformidade do Quadro EQAVET.

As competências do Grupo da Qualidade / Certificação, bem como do/a Responsável do SGQ, encontram-se explanadas no “Regulamento Interno”.

5.2 Ciclo PDCA e a sua interligação com o Quadro EQAVET

A garantia de qualidade deve assumir uma abordagem por processos, respondendo ao **Ciclo PDCA** (*plan - do - check - act* ou *adjust*), como podemos observar na Figura 10.

Figura 11: Esquema do Ciclo PDCA da EPAVE

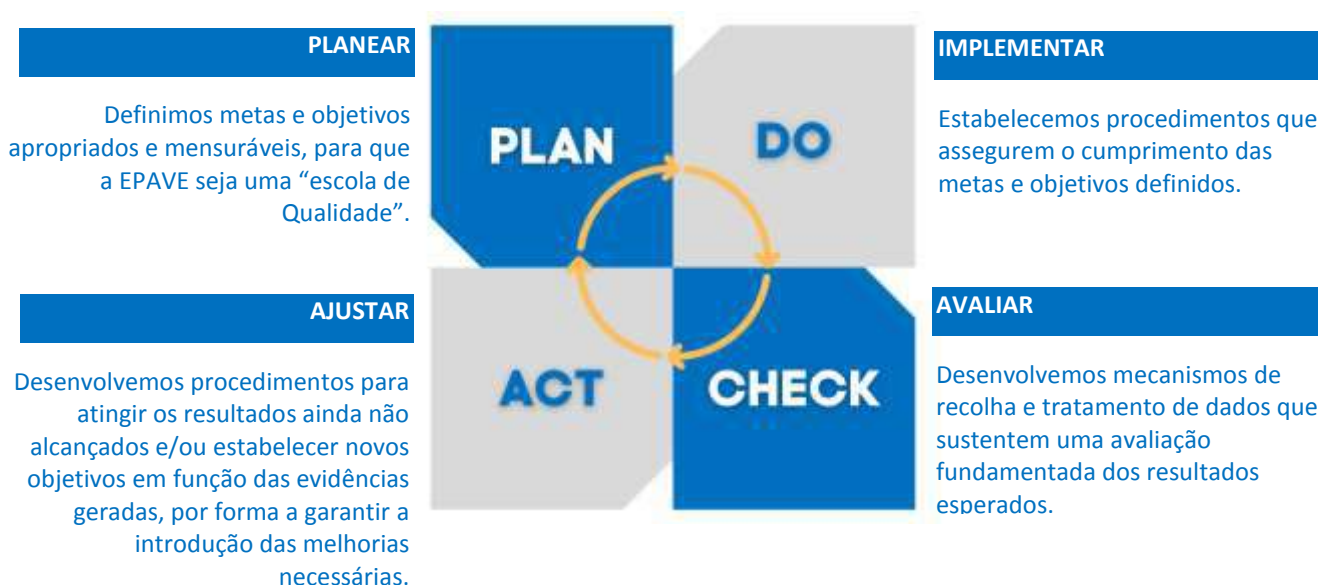


Tabela 7: Contextualização do Ciclo PDCA

PLANEAR <i>Plan</i>	Projeto Educativo Plano Anual de Atividades (PAA) Plano de Formação Interna Política da Qualidade Plano de Ação Reuniões de Grupos de Trabalho I / Conselho Técnico-Pedagógico Definição de Objetivos e Indicadores
IMPLEMENTAR <i>Do</i>	Regulamento Interno Procedimento / Instruções Plano de Melhoria Reuniões
AVALIAR <i>Check</i>	Relatórios de Eficácia e Eficiência dos Indicadores Auditorias Internas e Externas Relatório de Operador Reuniões de Grupos de Trabalho II / Revisão Relatório de Avaliação Final
AJUSTAR <i>Act</i>	Planos de Melhoria

5.3 Abordagem por processos

A EPAVE adota uma abordagem por processos que incorpora o ciclo PDCA de melhoria contínua, permitindo, não só a satisfação da Comunidade Escolar, como também, a competitividade da Escola, assente nos pilares da sustentabilidade.

Nesta perspetiva, foi construída uma Matriz de Processo onde se definem:

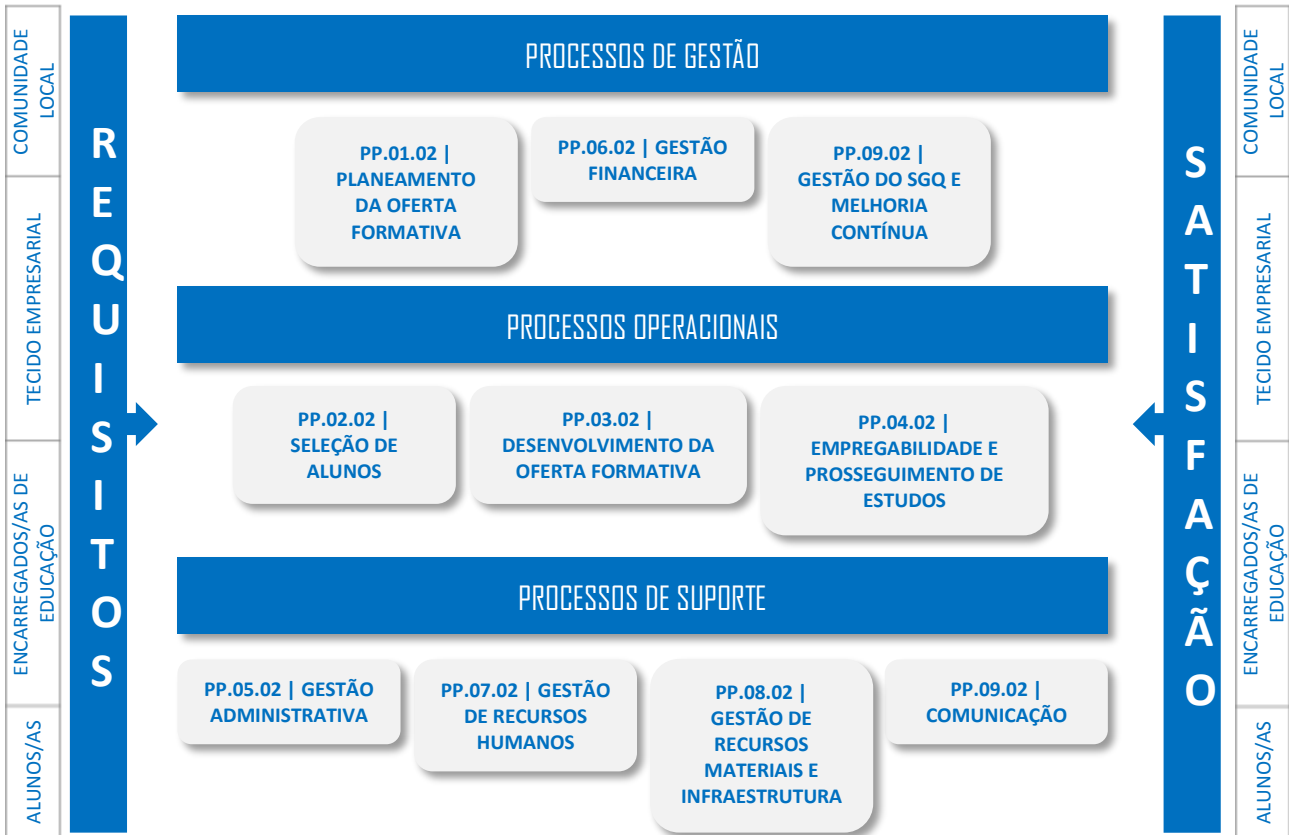
- a) Os *inputs* e *outputs* de cada processo;
- b) Âmbito de aplicação;
- c) As atividades principais associadas a cada processo;
- d) Os/as responsáveis que executam e/ou participam em cada uma das atividades;
- e) Os meios que são necessários à execução de cada atividade;
- f) Os documentos produzidos na execução de cada atividade;
- g) Os indicadores de desempenho do processo.

Os processos internos descritos de acordo com esta metodologia foram agrupados em três classes:

- a) **Processo de Gestão** – processos onde assentam a gestão que sustentam todo o sistema.
- b) **Processo Operacionais** – Processos diretamente relacionados com a execução da Educação e Formação.
- c) **Processo de Suporte** – Processos que indiretamente dão suporte aos processos operacionais e que, de uma forma geral, servem e atravessam todo o sistema.

Por conseguinte, a EPAVE esquematiza os seus processos que podem ser observados na Figura 12.

Figura 12: Esquematização dos Processos



5.3 Identificação dos Stakeholders

Na atribuição de responsabilidades no sistema de garantia da qualidade, a EPAVE assume gerir a sua organização pela Qualidade através do Grupo da Qualidade / Certificação, cujas competências se encontram descritas no Regulamento Interno da Escola.

Contudo, entende a EPAVE que, numa instituição de ensino profissional, só é possível alcançar os objetivos propostos com a corresponsabilização de todos/as os/as intervenientes – os *stakeholders* – no processo educativo. Neste sentido, dependendo do objetivo concreto a atingir e/ou das estratégias a desenvolver para o conseguir, é necessária a definição e a atribuição concreta de responsabilidades claramente nomeadas, para que, cada *stakeholder* tenha conhecimento do seu papel e das metas concretas que o/a envolvem e, para que possa, assim, assumir a responsabilidade na sua concretização.

Por conseguinte, a EPAVE destaca os *stakeholders* internos (órgãos de gestão, direção, docentes, não docentes e discentes) e os *stakeholders* externos.

No que concerne aos *stakeholders* externos, a EPAVE acredita num alargamento da base de responsabilidades coletivas e, para isso, aposta na articulação e congregação de esforços baseados na colaboração de toda a comunidade, particulares e coletivas, para conseguir alcançar a sua grande aposta: promover uma sólida educação para a cidadania e inserção no mundo do trabalho como mão-de-obra qualificada, tendo em conta a valorização pessoal e profissional em geral, nunca desmerecendo as necessidades educativas da região em que se insere.

No quadro infra, apresentamos os principais *stakeholders* internos e externos da EPAVE.

Tabela 8: Identificação do Stakeholders Internos e Externos

DESIGNAÇÃO	INTERNO	EXTERNO
Conselho de Administração	X	
Conselho Consultivo	X	X
Fiscal Único		X
Direção-geral	X	
Direção Pedagógica	X	
Adjunto/a de Direção	X	
Conselho Técnico - Pedagógico	X	
Coordenação dos/as Diretores/as de Turma	X	
Conselhos de Turma	X	
Direção de Turma	X	
EMAEI	X	
Coordenação de Projetos	X	
Coordenação de Curso	X	
Corpo Docente	X	
Corpo Discente	X	
Grupo da Qualidade/Certificação	X	
SIPRAVE – Serviço de Inserção Profissional	X	
Gabinete do Aluno	X	
SPO – Serviço de Psicologia e Orientação	X	
Equipa de Gestão <i>Erasmus+</i>	X	
Corpo Não Docente	X	
Departamento Financeiro	X	
Departamento Informático	X	
POCH		X
PESSOAS 2030		X
ANQEP		X
IGEC		X
DGEsTE		X
ANESPO		X
CIM do Ave		X
Município da Póvoa de Lanhoso		X

IEFP		X
Instituto Português da Juventude (a)		X
Instituto da Droga e Toxicoddependência – IDT (a)		X
Diversas IPSS's (a) e outras instituições de cariz social		X
Santa Casa de Misericórdia da Póvoa de Lanhoso (a)		X
Centro de Saúde da Póvoa de Lanhoso		x
GNR - Posto Territorial da Póvoa de Lanhoso (a)		X
Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso (a)		X
Exército Português (a)		X
Polícia da Segurança Pública (a)		X
Proteção Civil (a)		X
Sol do Ave		X
Juntas de Freguesia		X
Rede de Escolas		X
Instituições de Ensino Superior		X
Entidades de formação (b)		X
Entidades / Escolas Desportivas (b)		X
Associações/empresas/projetos		X
Empresas locais da região		X
Empresas parceiras da FCT (c)		X
Empresas parceiras de projetos de mobilidade europeia (c)		X
Empresas parceiras de co formação		X
Programa Erasmus+: Agência Nacional Erasmus+		X
Encarregados/as de Educação		X

Neste domínio, é importante identificar as empresas que possuem um protocolo de co formação com a EPAVE. Este protocolo visa a dinamização conjunta dos cursos profissionais, nas componentes de co formação e formação em contexto real de trabalho, com vista à elevação dos níveis de qualificação dos/as jovens para uma melhor integração no mercado de trabalho.

Neste sentido, as empresas poderão colaborar na formação prática adequada aos conteúdos modulares dos cursos profissionais ministrados pela EPAVE, quer em sede de escola, quer nas instalações da empresa. Acrescenta-se ainda que, mediante contrato de comodato a realizar em cada momento, a empresa poderá ceder à EPAVE material e equipamento de apoio à formação prática dos cursos profissionais.

Tabela 9: Empresas parceiras de co formação

EMPRESA	ÁREA DE FORMAÇÃO CONVERGENTE
BF AUTOMÓVEIS, COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LDA.	Mecânica Automóvel
FLOSEL, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS LDA.	Eletrónica, Instalações Elétricas, Manutenção Industrial
KW ENERGIAS – INSTALAÇÕES MECÂNICAS LDA.	Eletrónica, Instalações Elétricas, Manutenção Industrial, Energias Renováveis
SEPSEG SOLUÇÕES DE SEGURANÇA	Eletrónica
ÍNDICE PINTURAS PUBLICITÁRIAS LDA.	Comunicação, Publicidade
NORMOTO BASTES BRAGA LDA.	Mecânica Automóvel
FM BRINDES DESIGN E PUBLICIDADE	Comunicação, Publicidade
VELOSO MOTORSPORT GESTÃO PROMOCIONAL DESPORTO MOTORIZADOS UNIPESOAAL LDA.	Mecânica Automóvel
ILUSTRADOR DE SONHOS LDA.	Comunicação, Publicidade

5.4 Grau de envolvimento dos Stakeholders no Ciclo de Qualidade

Apresenta-se, de seguida, a definição das responsabilidades de cada um dos *stakeholders* na política da qualidade da EPAVE, que influenciam o esforço na promoção da garantia da qualidade na condução do Projeto Educativo. Ademais, o Regulamento Interno da Escola, na sua revisão, incorpora as competências de cada um deles na promoção dos objetivos estratégicos e da política da qualidade, em alinhamento com o ciclo da qualidade.

Tabela 10: Síntese das Tarefas e Responsabilidades Executivas dos Stakeholders Internos no Ciclo PDCA

STAKEHOLDERS INTERNOS	RESPONSABILIDADES	CICLO DE QUALIDADE			
		P	D	C	A
ESTRUTURAS DE GESTÃO E LIDERANÇA ESTRATÉGICA		P	D	C	A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Responsabiliza a Direção da EPAVE pela implementação do SGQ - Sistema de Garantia da Qualidade alinhado com o Quadro EQAVET, promoção e monitorização da política da qualidade e melhoria contínua.	X	X	X	X
	Assegura os recursos e as condições para o regular funcionamento da organização escolar.	X	X	X	X
	Aprova a oferta formativa.	X			
	Comunica o relatório de gestão à Assembleia Municipal.			X	X
DIREÇÃO-GERAL	Assegura a gestão da instituição nos seus diversos domínios, nomeadamente pedagógico, administrativo, estratégico, parcerias e recursos.	X	X	X	X
	Define, anualmente, em articulação com a direção pedagógica e a Coordenação do SGQ, a política de qualidade da Escola, conferindo	X			

	centralidade ao processo de ensino e aprendizagem.				
	Implementa o sistema de garantia da qualidade, define as responsabilidades do Grupo da Qualidade e avalia o desempenho anual do sistema.	X	X	X	X
	Define os processos da organização escolar, as estruturas organizativas, serviços e projetos que melhor se adequem à operacionalização do Projeto Educativo.	X			
	Define, em articulação com a Direção Pedagógica, a oferta formativa para cada ano letivo, submete-a à apreciação do Conselho de Administração e remete-a para o processo de concertação da rede e aprovação pelas entidades competentes.	X			
	Contrata pessoal docente e não docente.	X			
	Nomeia os/as coordenadores/as de curso, diretores/as de turma e outros/as titulares de cargos, com funções devidamente determinadas.	X	X	X	X
	Aprova os planos anuais de atividades e os planos de formação do corpo docente e não docente, acompanhando a sua implementação e avaliação.	X	X	X	X
	Promove vínculos com a comunidade local, estabelece parcerias multifacetadas e assegura a sua gestão e a eficácia da cooperação.	X	X	X	X
	Procede à análise da avaliação anual das atividades e procede ao reajuste de oportunidades de melhoria contínua.			X	X
	DIREÇÃO PEDAGÓGICA	Coordena a construção do Projeto Educativo e as suas revisões.	X		
Define, anualmente, em articulação com a Direção-geral, a política de qualidade da Escola e dos processos formativos e resultados em função da informação produzida pelos indicadores.		X			
Apresenta ao Conselho Pedagógico a Estratégia da EPAVE para a Educação para a Cidadania e as suas revisões.		X			
Convoca os conselhos de curso/turma, tendo em vista o planeamento do ano letivo, a definição de metas e objetivos.		X			
Promove a conceção e a operacionalização do planeamento curricular, designadamente no que respeita às prioridades e opções curriculares estruturantes de natureza curricular e os critérios de avaliação.		X			
Organiza anualmente os cursos e seus planos de estudo, bem como as atividades de formação.		X			
Procede, anualmente, à definição do calendário escolar, constituição das turmas, distribuição do serviço docente, organização dos horários.		X			
Coordena a elaboração do Plano de Atividades Anual e submete-o à aprovação da Direção-geral e Conselho Técnico - Pedagógico.		X			
Promove a participação de alunos, pais e encarregados de educação demais entidades no planeamento, implementação e avaliação de atividades e projetos.		X	X	X	X
Coordena a atividade do pessoal docente, estruturas científicas e pedagógicas intermédias e supervisiona processos e resultados.		X	X	X	X
Define, com o/a Coordenador/a de Diretores/as de Turma, a agenda dos Conselhos de Turma, tendo como guião o ciclo da qualidade e analisa os resultados e as estratégias para a sua melhoria.		X		X	X
Procede, de forma concertada, à definição dos critérios específicos de avaliação a serem aplicados por todos em cada disciplina, módulo ou UFCD, bem como no seu acompanhamento, implementação e avaliação.		X	X	X	X
Supervisiona o processo de ensino-aprendizagem e de avaliação dos/as alunos/as e, conseqüentemente, as metas alcançadas nos indicadores		X	X	X	X

EQAVET.		P	D	C	A
ESTRUTURA DE CONSULTA					
CONSELHO CONSULTIVO	Emite parecer sobre o Projeto Educativo e alterações supervenientes.	X		X	
	Emite parecer sobre os cursos profissionais e outras atividades de formação.	X		X	
	Pronuncia-se sobre a política da Qualidade, objetivos estratégicos, processos e resultados, no âmbito do SGQ.			X	
ESTRUTURAS DE GESTÃO INTERMÉDIA NO DOMÍNIO PEDAGÓGICO					
CONSELHO TÉCNICO - PEDAGÓGICO	Pronuncia-se sobre a política da qualidade da Escola, dos processos e resultados dos Indicadores EQAVET, acompanha a sua implementação e assegura a sua monitorização.	X	X	X	X
	Aprova o Regulamento Interno, Estratégia de Educação para a Cidadania e as respetivas revisões, o Plano Anual de Atividades e os Critérios de Avaliação, documentos em cuja elaboração participa.	X	X		
	Pronuncia-se sobre o Projeto Educativo e outros documentos estruturantes, sempre que forem objeto de revisão.	X	X	X	X
	Apresenta propostas para Regulamento Interno, Plano Anual de Atividades, Plano de Formação Interna, documentos de orientação estratégica e curricular dos cursos.	X			
	Apresenta e analisa propostas que potenciem a inovação, assegurem a promoção de uma educação e ensino de qualidade e respondam aos problemas diagnosticados.	X	X	X	X
	Define, em cada ano letivo, em articulação com a Direção Pedagógica, os princípios e orientações gerais da ação educativa a serem comunicados aos docentes e às diversas estruturas de gestão científica e pedagógica.	X			
	Concebe iniciativas que promovam a cooperação, partilha de ideias, a ligação à comunidade, o enriquecimento profissional e implementa-as e avalia-as.	X	X	X	X
	Procede à definição e/ou redefinição dos apoios pedagógicos a conceder aos alunos com insucesso em linha com os planos de ação definidos nos Conselhos de Turma	X	X		
	Articula com o Grupo da Qualidade na apresentação dos Indicadores EQAVET.			X	
CONSELHOS DE TURMA	Participa no planeamento, na definição de metas, estratégias preventivas e remediativas, na avaliação e revisão.	X	X	X	X
	Avalia periodicamente o trabalho desenvolvido pelo grupo de docentes, os processos de ensino e aprendizagem e os resultados obtidos, tendo em vista a melhoria dos processos, resultados e indicadores.			X	X
	Procede, perante situações de insucesso, à definição e/ou redefinição de estratégias remediativas e concebe planos de ação para a melhoria dos resultados.				X
	Procede a um balanço da ação desenvolvida, prepara informação para os pais e encarregados/as de educação e para a elaboração de planos de melhoria.			X	X
	Promove a conceção das atividades e o planeamento curricular a implementar nas turmas dos cursos em funcionamento na Escola, tendo em conta as orientações curriculares.	X			
	Procede à definição e/ou redefinição dos apoios pedagógicos a conceder aos/às alunos/as com insucesso escolar.	X			

COORDENAÇÃO DE DIREÇÃO DE TURMA	Coordena a equipa dos/as Diretores/as de Turma, na medida em que orienta, acompanha e supervisiona os/as docentes que exercem essa função.	X				
	Coordena a ação do grupo que representa, articulando estratégias e procedimentos com a Direção-geral e Pedagógica.	X	X	X	X	
	Supervisiona/Monitoriza o trabalho desenvolvido pelo grupo que representa, prestando contas à Direção-geral e Direção Pedagógica.		X	X	X	
	Articula com o SGQ/EQAVET no sentido de manter permanentemente atualizada a gestão documental da Direção de Turma.		X		X	
DIREÇÃO DE TURMA	Coordena a equipa docente do Conselho de Turma no planeamento, definição de metas e objetivos, estratégias preventivas e remediativas, na avaliação dos/as alunos/as e na revisão dos processos e resultados.	X	X	X	X	
	Promove a integração dos/as alunos/as na Escola, acompanha-os/as na sua trajetória e estimula-os/as a participar no planeamento, implementação de atividades e na avaliação das mesmas.	X	X	X		
	Promove a relação e cooperação com Encarregados/as de Educação integrando-os/as na Escola, na sua cultura e coresponsabilizando-os/as no processo educativo.	X	X			
	Coordena o processo de avaliação periódica do trabalho desenvolvido pela equipa de docentes do Conselho de Turma, considerando os processos de ensino e aprendizagem e os resultados obtidos e tendo em vista a melhoria dos processos e indicadores EQAVET.				X	X
	Coordena, perante situações de insucesso, o processo de definição e/ou redefinição de estratégias remediativas e conceção de planos de ação para a melhoria dos indicadores EQAVET.	X	X	X	X	
COORDENAÇÃO DE CURSO	Coordena a atividade do curso no domínio da conceção de atividades e planeamento curricular, assegura-se da sua implementação e avaliação.	X	X	X	X	
	Prepara, planifica e regula os trabalhos de curso, através de atividades que facilitem o ajustamento dos programas e materiais de apoio aos objetivos da formação no curso, assim como a articulação entre docentes/formadores/as das diferentes componentes formativas e entre as diferentes turmas do mesmo curso.	X				
	Colabora em todas as atividades letivas e não letivas, para as quais é solicitado, nomeadamente: cumprimento das normas e regulamentos em vigor; gestão dos espaços, equipamentos e materiais de formação; planificação das necessidades e dos meios de suporte à formação; colocação dos/as alunos/as em empresas para realização do estágio e o seu acompanhamento após a formação.		X	X	X	
EMAEI	Propõe, acompanha e monitoriza as medidas de suporte à aprendizagem e inclusão.	X	X	X	X	
	Coopera em processos de apoio à aprendizagem, à promoção de técnicas, métodos e hábitos de estudo.		X	X		
	Sensibiliza a comunidade educativa para a educação inclusiva.		X			
	Presta aconselhamento aos/às docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas.		X	X		
	Elabora o Relatório Técnico-Pedagógico (RTP), o Programa Educativo Individual (PEI) e o Plano Individual de Transição de cada aluno/a (quando aplicável).				X	X
	Desenvolve, em cooperação com os docentes e os conselhos de turma, processos de integração e inclusão dos/as alunos/as, especialmente os casos revestidos de vulnerabilidades diversas e avalia as intervenções.		X	X	X	

COORDENAÇÃO DE PROJETOS	Assegura que os projetos se integram nas linhas orientadoras do Projeto Educativo.	X	X	X	X
	Analisa e dá parecer sobre a pertinência e a viabilidade de execução dos projetos.	X			
	Monitoriza os projetos em desenvolvimento.		X	X	
	Reúne e aprecia, no final de cada ano letivo, os relatórios das atividades apresentados pelos responsáveis por cada projeto, dando conhecimento destes em Conselho Pedagógico.			X	
	Designa, em articulação com a Direção-geral e Direção Pedagógica, um/a responsável de entre os/as docentes para cada projeto.		X		
ESTRUTURAS DO DOMÍNIO PEDAGÓGICO		P	D	C	A
CORPO DOCENTE	Participa no planeamento, definição de metas e objetivos, selecionando estratégias preventivas e remediativas e aplicam-nas.	X	X		
	Apresenta informação pertinente, no decurso de cada trimestre, ao/a Diretor/a de Turma.			X	
	Avalia os/as alunos/a, de acordo com os critérios e instrumentos de avaliação definidos e procede ao seu reajustamento entre os resultados perspetivados e os atingidos.			X	X
	Planifica atividades que impliquem possíveis alterações no trabalho de outros/as docentes, nomeadamente atividades de projeto e visitas de estudo.	X			
	Apresenta propostas de avaliação sumativa ao Conselho de Turma e procede à análise dos processos e resultados obtidos, tendo em vista a melhoria contínua.			X	X
	Promove estratégias de apoio pedagógico face às situações escolares de módulos sem aproveitamento, numa atuação concertada em Conselho de Turma.		X		
	Procede à sua autoavaliação no quadro da avaliação de desempenho da atividade docente e da qualidade pedagógica da Escola.			X	X
CORPO DISCENTE	Participa nas atividades de integração e compreensão da missão da Escola e os seus objetivos desenvolvidos à entrada do curso.		X		
	Participa, através dos/as seus/suas representantes, nos Conselhos de Turma e Conselho Consultivo, com propostas de projetos que favoreçam a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal e a afirmação da cidadania, implementa-os e avalia-os.	X	X	X	X
	Participa nos projetos transnacionais e procedem à sua avaliação, nomeadamente em atividades da Escola.		X	X	
	Participa na avaliação, por período escolar, do desempenho da Escola, o curso, pessoal docente e não docente, estruturas pedagógicas e administrativas, propondo sugestões de melhoria.			X	X
ESTRUTURAS DE APOIO À GESTÃO E AO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM		P	D	C	A
GRUPO DA QUALIDADE	Participa no planeamento estratégico, na formulação da política da qualidade da Escola.	X			
	Garante a gestão do sistema de garantia da qualidade (SGQ), promove a sua operacionalização, consolidação e melhoria, nos termos exigidos pela legislação e as orientações estratégicas da direção.	X	X	X	X
	Implementa processos, a estrutura documental e procedimentos, bem como o controlo de documentos e registos.		X		
	Recolhe, organiza e trata a informação e estudos, pertinentes para a definição estratégica, planos de ação e melhoria e desenvolvimento do sistema.		X	X	X

	Assegura a integração e o envolvimento dos stakeholders internos e externos, em função das responsabilidades específicas no Projeto Educativo.	X	X	X	X
	Promove monitorizações periódicas dos processos e indicadores definidos pelo Quadro EQAVET, no âmbito da política da qualidade e acompanha as auditorias externas.		X	X	X
	Promove, em articulação com outras estruturas, a participação dos stakeholders internos e externos em iniciativas sobre a qualidade do ensino profissional.		X	X	X
	Planeia e organiza a sequência dos processos de verificação de conformidade EQAVET, tendo em vista a atribuição e/ou renovação do selo.	X	X		
	Assegura a comunicação interna, a divulgação das atividades da Escola e a publicação de informação legalmente exigida nos sítios determinados.		X	X	X
	Procede à avaliação de desempenho anual da atividade desenvolvida, integrando-se nos procedimentos de auto e heteroavaliação definidos e propõe o Plano de Melhoria para o desempenho e para o enriquecimento de funções.			X	X
	Desenha o Plano de Ação em conformidade, que contempla atividades a desenvolver e a respetiva calendarização, as pessoas a envolver e respetivos papéis e responsabilidades, os recursos a afetar, os resultados esperados e as estratégias de comunicação/divulgação necessários à implementação do sistema de garantia da qualidade que a EPAVE adequou ao Quadro EQAVET.	X	X		
	Coopera no processo de elaboração do Plano de Atividades da Escola e outros documentos relevantes.	X			
	Apoia e colabora na promoção de estudos e inquéritos que potenciem a qualidade pedagógica e organizacional.			X	
	Procede à avaliação de desempenho anual da atividade desenvolvida, integrando-se nos procedimentos de auto e heteroavaliação definidos e propõe o plano de melhoria para o desempenho e para o enriquecimento de funções.			X	X
	Aplica, com a colaboração da Direção Pedagógica e Coordenação de Direção de Turma, os mecanismos de avaliação e procede à elaboração do Relatório de Avaliação Anual.		X	X	
	Realiza o levantamento de necessidades formativas, para elaborar o Plano de Formação Interna, ajustado.	X	X	X	X
	Prepara, motiva e incentiva todos os recursos humanos da Escola, através da formação contínua e da sensibilização para o compromisso da Qualidade.	X	X		
	Otimiza a eficiência no funcionamento da organização, tendo como orientação o Manual de Qualidade e a norma elaborada para a Gestão de todas as atividades relacionadas com a Qualidade e a melhoria contínua.	X	X	X	X
SIPRAVE	Participa na definição de estratégias para uma ajustada colocação dos/as alunos/as e diplomados/as no mercado de trabalho e a sua plena inserção socioprofissional.	X			
	Coopera e/ou promove protocolos com novas empresas recetoras de alunos em estágio.	X	X		
	Assegura o funcionamento do gabinete de empregabilidade, apresentando e divulgando propostas de emprego e avalia potenciais		X	X	

	interessados/as.				
	Coopera no processo de elaboração do Plano de Atividades da Escola e outros documentos relevantes.	X			
	Acompanha a trajetória dos/as alunos/as diplomados/as e daqueles que não concluíram o curso no período regular da sua frequência, a partir das informações recolhidas pelo Gabinete do Aluno.			X	X
	Planifica, em estreita colaboração com os/as coordenadores/as de curso, e monitoriza o processo de Formação em Contexto de Trabalho e a avaliação das empresas.	X	X	X	X
	Promove iniciativas que visam munir os/as alunos/as de ferramentas para o acesso ao mercado de trabalho ou informa sobre percursos escolares pós- secundário.		X	X	X
SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO	Promove ou coopera na promoção de iniciativas que proporcionem a aproximação dos/as pais/mães e encarregados/as de educação à Escola e a assunção das responsabilidades no processo educativo e avalia as intervenções.	X	X	X	X
	Coopera em processos de apoio à aprendizagem, à promoção de técnicas, métodos e hábitos de estudo.		X	X	
	Coopera no processo de elaboração do Plano de Atividades da Escola e outros documentos relevantes.	X			
	Desenvolve, em cooperação com os/as docentes e os Conselhos de Turma, processos de integração e inclusão dos/as alunos/as, especialmente os casos revestidos de vulnerabilidades diversas e avalia as intervenções.		X	X	
	Emite o seu parecer, com conhecimento na área da sua especialização, relativamente aos acompanhamentos efetuados aos/às alunos/as para os Conselho de Turma.		X	X	X
	Colabora no planeamento, organização e monitorização de ações de formação/sensibilização.	X	X	X	
	Identifica as causas que conduzem a situações de Abandono Escolar Precoce.			X	
GABINETE DO ALUNO	Recolhe dados e informações sobre a colocação dos/as diplomados/as: 2 meses após a formação / 6 meses após a formação.			X	
	Monitoriza e gere as necessidades de manuais escolares junto dos/as alunos/as.	X	X	X	
	Colabora com a Direção de Turma e Departamento Financeiro no apoio prestado ao corpo discente, nomeadamente, recursos, apoios/subsídios e informações.		X		
	Reencaminha propostas de formação contínua para os/as ex-alunos/as.		X	X	
EQUIPA DE GESTÃO ERASMUS+	Planifica as mobilidades europeias para cada ano letivo, tendo em vista a prossecução das metas do Projeto Educativo.	X			
	Realiza o levantamento de perspetivas e necessidades junto dos/as discentes, docentes e não docentes sobre estágios europeus e programas de formação formal e não formal, com o intuito de planear novas mobilidades europeias.	X	X	X	X
	Coopera no processo de elaboração do Plano de Atividades da Escola e outros documentos relevantes.	X			
	Celebra e gere protocolos de parceria ou cartas de intenções com parcerias internacionais multifacetadas.		X		
	Coopera e/ou promove a cooperação de stakeholders internos e externos em atividades e projetos relevantes para a aprendizagem e/ou a ligação à comunidade.		X		

CORPO NÃO DOCENTE	Participa em atividades orientadas para a compreensão da missão da Escola, dos seus objetivos estratégicos, da sua política da qualidade e quadro normativo.	X	X		
	Coopera no planeamento e implementação do processo educativo no âmbito das suas competências.	X	X		
	Beneficia e participa de ações de formação que correspondam às suas expectativas de desenvolvimento profissional, harmonizadas com as opções estratégicas da Escola.		X	X	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	Coopera no planeamento, implementação e monitorização das soluções tecnológicas que proporcionem o desenvolvimento da Escola e dos processos de ensino e aprendizagem, em linha com a estratégia de transição para a Era digital.	X	X	X	
	Promove a literacia digital, elevando a capacidade dos/as colaboradores/as para o desempenho de tarefas em ambientes digitais, no acesso, gestão e organização de informação, bem como na criação de conhecimento.	X	X	X	X
	Implementa a política de investimento na aquisição de soluções tecnológicas, em cujas propostas coopera, tendo em vista a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e outros processos da organização escolar.	X	X		
	Assegura a gestão e manutenção das infraestruturas e soluções tecnológicas da área de informática e avalia o seu funcionamento, tendo em vista a adoção de respostas adequadas, sempre que ocorram problemas e/ou incidentes.	X	X	X	X
	Assegura a privacidade e proteção de dados pessoais, no cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados 2016/679.		X		
	Realiza a avaliação na exposição aos riscos de violações de privacidade, mitigados com ações de melhoria			X	X
DEPARTAMENTO FINANCEIRO	Certifica-se quanto à existência de toda a documentação aplicável ao processo contabilístico, de acordo com legislação, normas e orientações aplicáveis.		X	X	
	Executa e controla a Gestão Financeira dos projetos.		X		
	Elabora e submete à apreciação do Conselho de Administração o Plano e Orçamento do ano seguinte; Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental e Relatório de Gestão.		X	X	
	Define, em colaboração com a Direção Pedagógica, as metas do Projeto Educativo, que estão de acordo com as metas executivas estipuladas no aviso de candidatura dos projetos.	X		X	
	Dá alertas à Direção-geral quando os resultados atingidos estão ou não estão de acordo com as metas estipuladas, promovendo ações de melhoria.			X	X
	Divulga os resultados das metas alcançadas nas candidaturas no Relatório de Gestão e outras obrigações legais e declarativas.			X	

Apesar da extensa rede de *stakeholders* locais, regionais, nacionais e europeus, no presente Projeto Educativo, estão apenas identificados/as os/as intervenientes com um grau de responsabilidade e envolvimento no Ciclo PDCA da EPAVE e, conseqüentemente, no Projeto Educativo, que podem ser analisados na Tabela infra.

Tabela 11: Síntese do envolvimento dos Stakeholders Externos no Ciclo PDCA

STAKEHOLDERS EXTERNOS	RESPONSABILIDADES	CICLO DE QUALIDADE			
		P	D	C	A
POCH / PESSOAS 2030	Contratualiza metas e resultados em função das políticas nacionais e europeias.	X			
	Monitoriza a execução da oferta formativa aprovada.			X	
	Avalia a candidatura da Escola a novos cursos/turmas com base no mérito da candidatura e no desempenho da Escola.			X	
ANQEP	Promove estudos prospetivos, nacionais e regionais, que têm em vista antecipação de necessidades de qualificação.	X			
	Define prioridades sobre áreas de educação e formação e os cursos profissionais e profissionalizantes a promover.	X	X		
	Promove, acompanha e apoia a implementação dos sistemas de garantia da qualidade EQAVET.			X	X
IGEC	Promove a avaliação das escolas profissionais privadas, utilizando os referentes definidos pelo regime jurídico da avaliação externa das escolas.			X	X
DGEsTE	Participa no processo anual de planeamento e concertação da rede escolar em articulação com a ANQEP e a CIM DO AVE.	X			
	Promove e acompanha a avaliação das escolas profissionais, em articulação com os demais serviços do MEC com competência na matéria.			X	X
CIM DO AVE	Promove estudos, em linha com a metodologia definida pela ANQEP, tendo em vista a antecipação de necessidades de qualificação no território.			X	X
	Participa no planeamento e concertação da rede de ofertas profissionalizantes com a DGEsTE e as escolas da rede intermunicipal.	X			
	Participa na definição concelhia de ofertas profissionalizantes da rede escolar.	X	X		
MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO	Cede instalações para as aulas práticas de Mecânica Automóvel e de Educação Física		X		
	Participa no Plano Anual de Atividades a partir da oferta de atividades promovidas pelos diversos departamentos/serviços municipais.	X	X		
	Coopera como parceira de natureza multifacetada, acolhe alunos/as em estágio e promove projetos que potenciam o desenvolvimento.	X	X	X	X
	Participa nas reuniões de concertação da oferta formativa da rede escolar concelhia.	X			
GNR DA PÓVOA DE LANHOSO	Solicita participação da EPAVE para a construção da Carta Educativa Municipal.	X	X		
	Participam na vida escolar, enquanto promotores de atividades a desenvolver na escola.	X	X	X	
IPSS E OUTRAS INTUIÇÕES DE CARIZ SOCIAL	Promove a prevenção de comportamentos de risco e da redução de atos geradores de insegurança em meio escolar, através do Programa Escola Segura.		X	X	X
	Participam no Conselho Consultivo da EPAVE	X		X	X
	Participam no Plano Anual de Atividades a partir da oferta de atividades promovidas pelos diversos departamentos/serviços.	X	X		
	Participam no planeamento e execução do Plano de Formação Interna.	X	X		

	Cooperam como parceiras de natureza multifacetada, acolhem alunos/as em estágio e promovem projetos e ações que potenciam o desenvolvimento da Comunidade Educativa.	X	X	X	X
SOL DO AVE	Colabora na dinamização das ações inerentes ao processo de conceção e elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local.	X			
	Solicitam contributo da EPAVE, para a preparação do Plano Intermunicipal de Cultura, Criatividade e Educação do AVE.	X			
	Solicitam pronúncia sobre propostas de decisão de candidaturas a projetos no âmbito do PDR2020.	X			
	Participa nas ações, projetos e iniciativas a desenvolver ao abrigo da Estratégia de Desenvolvimento Local.	X	X		
JUNTAS DE FREGUESIA	Apoiam na divulgação das ofertas de emprego do SIPRAVE.		X		
	Apoiam/participam na divulgação da oferta formativa, através da cedência de espaço e na divulgação junto da população local.	X	X		
REDE DE ESCOLAS	Participa no planeamento como parte interessada na proposta que apresenta com oferta diversa ou similar.	X			
	Participam como recetores da divulgação da oferta formativa da EPAVE		X		
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	Promovem iniciativas ou cooperam em iniciativas de divulgação de cursos para prosseguimento de estudos.		X		
	Proporcionam atividades e visitas de estudos aos/às alunos/as no sentido de facilitar a orientação vocacional e profissional.	X	X		
ENTIDADES DE FORMAÇÃO E OUTRAS	Apoiam na promoção, implementação e avaliação de planos de formação para os Recursos Humanos e para a comunidade envolvente.	X	X	X	
	Promovem atividades de desenvolvimento pessoal, cultural e desportivo, auxiliando o Plano Anual de Atividades.	X	X		
ASSOCIAÇÕES / EMPRESAS / PROJETOS	Cooperam na conceção e promoção de diversas iniciativas e projetos, no âmbito do desenvolvimento do Plano Estratégico para a Cidadania.	X	X	X	X
	Participam no conselho consultivo, com o seu parecer sobre os assuntos em análise.	X	X	X	X
EMPRESAS DE ESTÁGIO CURRICULAR	Participam no planeamento de FCT, da sua monitorização e avaliação com impacto na classificação final do curso.	X	X	X	X
	Avaliam, a partir do desempenho do/a aluno/a, a Escola e formação ministrada.			X	
	Avaliam a sua satisfação com as competências técnicas e transversais dos diplomados no exercício da sua atividade profissional.			X	
EMPRESAS PARCEIRAS DE CO FORMAÇÃO	Participam, como júri externo, nas Provas de Aptidão Profissional.			X	
	Proporcionam espaços e equipamentos para a ministração de conteúdos programáticos dos cursos profissionais.		X		
SERVIÇOS DE HSST	Apresentam propostas de formação de projetos próprios, a ministrar na EPAVE.	X			
	Salvaguardar o património da escola através da implementação e respeito das Medidas de Autoproteção	X	X	X	X
PROGRAMA ERASMUS+	Promover a segurança e saúde dos/as trabalhadores/as	X	X	X	X
	Promove a mobilidade, apoiando a conceção, implementação e avaliação de projetos que proporcionam uma experiência formativa europeia, quer para discentes, quer para docentes e não docentes.	X	X	X	X
ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	Participam nas atividades de integração e compreensão da missão da EPAVE, bem como os objetivos e o quadro normativo que regula a atividade educativa.	X	X		
	Participam, através do/a representante dos/as Encarregados/as de Educação, no Conselho Consultivo.		X	X	

	Participam, através dos/as representantes nos Conselhos de Turma, no planeamento curricular e concretização nas metas estabelecidas no Projeto Educativo.	X	X	X	X
	Participam no processo educativo, em interação com a Direção de Turma no acompanhamento da trajetória escolar dos/as discentes.		X	X	X
	Avaliam a qualidade da Escola, da equipa docente e serviços de apoio, dando contributos para a melhoria.		X	X	X
	Participam em ações de formação promovidas pela EPAVE.				

VI - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

6.1 Análise SWOT

Na definição da análise SWOT temos de ter em consideração o ambiente interno e o ambiente externo da EPAVE.

O ambiente interno é formado pelo conjunto de **pontos fortes** (*strengths*), sobre os quais é possível exercer controlo, que correspondem aos recursos e capacidades que juntos se transvertem numa vantagem competitiva para a escola em relação aos concorrentes e, pelos **pontos fracos** (*weaknesses*), que são os hiatos que se apresentam em comparação com concorrentes atuais ou em potencial.

Em relação ao ambiente externo, este é composto por fatores que subsistem extraescola, mas que, de alguma forma, exercem influência sobre a EPAVE. Este é um ambiente sobre o qual não existe controlo, porém deve ser monitorizado continuamente, pois é a base para o planeamento estratégico, porque se apresentam como **oportunidades** (*opportunities*) de desenvolvimento e **ameaças** (*threats*) que constroem a organização da escola.

A análise SWOT foi construída a partir do estudo de vários instrumentos de suporte, designadamente: documentos locais e nacionais (a título de exemplo, Carta Educativa do Município da Póvoa de Lanhoso, Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020, emitido pela CIM do Ave); análise da avaliação à EPAVE, realizada pelo corpo discente, encarregados/as de educação e empresas parceiras de FCT; Relatório de Avaliação Anual; Relatório de Consulta aos/as Trabalhadores/as e resumo das reuniões de Grupos de Trabalho, com todos/as os/as trabalhadores/as da EPAVE.

A matriz SWOT, conseqüente desta análise, está explanada na tabela infra.

Tabela 12: Matriz SWOT

FORÇAS <i>strengths</i>	OPORTUNIDADES <i>opportunities</i>
<p>AMBIENTE INTERNO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Longa experiência na formação de jovens profissionais técnicos/as, desde 1995; ▪ Implementação do Sistema de Garantia e Gestão de Qualidade alinhado com o Quadro EQAVET; ▪ Centro Tecnológico Especializado Industrial, um dos primeiros a nível nacional; ▪ Relação estreita e muito colaborativa com as empresas e instituições locais; ▪ Rede diversificada de parcerias de co-formação; ▪ Realização da FCT desde o 1º ano da formação profissional; ▪ Realização de parte da FCT num país europeu, integrado no Programa <i>Erasmus+</i>; ▪ Projetos de mobilidade europeia, no âmbito do Programa <i>Erasmus+</i>, para discentes, docentes e não docentes; ▪ Modelo pedagógico assente numa perspetiva global de educação para a cidadania, promovendo nos/as alunos/as uma atitude cívica e competências de relacionamento interpessoal e social; ▪ Existência da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva – EMAEI; ▪ Dinamização do CAA – Centro de Apoio à Aprendizagem; ▪ Existência de serviços especializados (Serviço de Psicologia e Gabinete do Aluno) que garantem o apoio e orientação aos/às alunos/as, Encarregados/as de Educação e Diretores/as de Turma; ▪ Existência do SIPRAVE – Serviço de Orientação Profissional do Alto Ave, que apoia e orienta os/as alunos/as e ex-alunos/as no processo de inserção no mercado de trabalho e no Ensino Superior; ▪ Existência de um Plano Anual de Atividades estruturado de complemento curricular, que permite aos/às alunos/as suprir, de forma deliberada, as suas carências de capital cultural; ▪ Corpo docente estável; ▪ Participação ativa em projetos de Empreendedorismo, Inovação, Educação Ambiental e Cidadania Ativa; ▪ Desenvolvimento de vários clubes escolares; 	<p>AMBIENTE EXTERNO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro Tecnológico Especializado Industrial – Mecatrónica Automóvel e Eletrónica, que potenciará uma melhoria significativa nas infraestruturas e equipamentos; ▪ Programa de mobilidade europeia <i>Erasmus+</i>; ▪ Acreditação <i>Erasmus</i> 2021-2027; ▪ Desenvolvimento de projetos no âmbito do <i>eTwinning</i>, permitindo uma dimensão transnacional nos métodos pedagógicos; ▪ Crescente procura pelas empresas, de recursos humanos qualificados, de nível intermédio; ▪ Alimentação, transporte e frequência de aulas, financiados pelo POCH/Pessoas 2030; ▪ Obtenção do Selo de Conformidade EQAVET; ▪ Facilidade no estabelecimento de parcerias diversificadas, nacionais e europeias, fortalecendo a ligação com a comunidade em geral; ▪ A taxa de imigração na região tende a aumentar; ▪ Parcerias com entidades do Ensino Superior, no âmbito do CTE, promovendo o ingresso de alunos/as no Ensino Superior; ▪ Recetividade de várias entidades públicas e privadas em organizar atividades com e para os/as alunos/as; ▪ Nova regulação, nomeadamente os decretos-lei nº 54/2018 e 55/2018, como potenciadoras de transformações de práticas curriculares e organizacionais significativas para o sucesso dos alunos, de acordo com Perfil do aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória; ▪ Programas Nacionais que reconhecem os vários projetos desenvolvidos pela Escola, através de selos, galardões e prémios. ▪ Abertura de Cursos Técnicos Superiores Especializados em universidades da região: incorporação da taxa de prosseguimento de estudos na taxa de empregabilidade como indicador de desempenho da Escola.

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">AMBIENTE INTERNO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reorientação da oferta formativa para áreas mais especializadas; ▪ Abertura da Oficina / Salão de Cabeleireiro às IPSS locais, permitindo o desenvolvimento de aulas práticas mais ajustadas ao contexto real; ▪ O edifício situado no centro da vila da Póvoa de Lanhoso; ▪ Proximidade geográfica com os concelhos de Vieira do Minho, Guimarães, Fafe, Braga e Cabeceiras de Basto; ▪ Controlo de faltas e comunicação aos Encarregados de Educação da ausência do/a aluno/a na sala de aula; ▪ Existência do Grupo da Qualidade que garante a eficiência da EPAVE e a sua melhoria contínua; ▪ Existência do subdepartamento de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho; ▪ Existência de serviço de Medicina no Trabalho; ▪ Relação estreita com a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e demais entidades públicas e governamentais; ▪ Formação Contínua direcionada aos Recursos Humanos, com o contributo de várias entidades públicas e privadas, permitindo a valorização das competências dos/as colaboradores/as; ▪ Execução de atividades de <i>team building</i> para os Recursos Humanos, com o objeto valorizar as Pessoas que na Escola trabalham; ▪ Cultura organizacional empreendedora e focada na melhoria contínua, através da criação da Equip'Ativa, que contribui para uma melhor gestão e organização de todas as atividades e eventos. 		<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">AMBIENTE EXTERNO</p>
	<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS <i>weaknesses</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Perfil de vários/as alunos/as desmotivados/as e com baixas expectativas em relação à Educação; ▪ Desinteresse de vários/as alunos/as pela área da formação que selecionaram, aguardando pela maioria para integrar o mercado de trabalho; ▪ Resistência de vários/as alunos/as na participação em atividades escolares de enriquecimento curricular e 		

⁴ INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 2021. Última atualização destes dados: 23 de novembro de 2022.

⁵ *Idem*

de capital cultural;

- Infraestruturas internas a necessitar de requalificação;
- Falta de espaço para aumentar as suas instalações, nomeadamente a Oficina Prática de Mecânica Automóvel;
- Conseguir manter a qualidade dos equipamentos e recursos físicos da escola;
- Taxas de Desistência / Abandono Escolar acima da meta estabelecida pela União Europeia;
- Taxa de Sucesso Escolar abaixo do estipulado a nível nacional;
- Resistência dos ex-alunos em aceitar ofertas de emprego apresentadas diretamente pelas empresas à escola, fora da “zona de conforto”/ zona residencial;
- Competências digitais dos Recursos Humanos abaixo do expectável;
- Envolvência dos Pais/Encarregados/as de Educação na vida Escolar abaixo do expectável.

uma diminuição da população em todas as freguesias do município⁶;

- Demografia escolar decrescente devido à contínua redução de pessoas em idade escolar e a concorrência de estabelecimentos de ensino de concelhos limítrofes;
- Ainda se regista uma elevada taxa de emigração (em 2017, a taxa bruta de emigração de Portugal situava-se nos 3,1%⁷);
- No município da Póvoa de Lanhoso, os anos de 2020 (-97) e 2021 (-100) são aqueles em que se observa os valores negativos mais elevados relativos ao saldo natural ⁸;
- Concorrência de outros estabelecimentos públicos e privados na oferta de cursos profissionais, que apresenta boas condições de infraestruturas;
- Pouca envolvimento dos/as alunos/as das escolas limítrofes nas atividades desenvolvidas pela EPAVE;
- Reduzida rede de transportes escolares de determinadas localidades;
- Regras exigidas no que respeita à taxa de conclusão e de empregabilidade para a aprovação de novas turmas/cursos;
- Redução do financiamento face à desistência dos/as alunos/as;
- As medidas da redução de custos na formação limitarem o investimento em novos recursos e obrigarem a uma gestão muito apertada dos recursos financeiros disponíveis;
- Desvalorização social nacional da autoridade da escola e dos/as professores/as;
- Dificuldade na contratação de novos/as docentes e formadores/as da vertente tecnológica;
- Um elevado número de alunos/as provenientes de famílias com baixo capital cultural e simbólico;
- Problemas económicos das famílias que compulsam o abandono escolar dos/as educandos/as para integrem no mercado de trabalho.

⁶ *Idem*

⁷ Entre 2007 e 2017, a taxa bruta de emigração em Portugal aumentou 3,3 p.p. (Fonte: PORDATA).

⁸ Numa análise macro, a taxa bruta de natalidade de Portugal tem decrescido acentuadamente: em 2004 situa-se nos 10,4%; em 2009 situa-se nos 9,4% e em 2018 situa-se nos 8,5%. Numa análise micro, a taxa bruta da natalidade tem diminuído drasticamente na Póvoa de Lanhoso. O concelho apresenta taxas de natalidade, entre 2001 e 2018, que não ultrapassam os 7,8%, valor de 2011. Em 2016, a taxa de natalidade não ultrapassa os 5,8%. Em 2018, a taxa situa-se nos 6,7% (Fonte: PORDATA).

6.2 Áreas de Intervenção

O primeiro passo para a definição dos objetivos estratégicos do Projeto Educativo da EPAVE é, a delimitação das áreas de intervenção. Foram delimitadas quatro grandes áreas, dependentes e interligadas, com os seus vetores de intervenção.

Figura 13: Esquematização das Áreas de Intervenção



VII – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE) DO PROJETO EDUCATIVO

A EPAVE traça os seguintes objetivos estratégicos que orientam o presente Projeto Educativo:

Tabela 13: Identificação dos objetivos estratégicos (OE)

Promover o Sucesso Escolar	OE1
Reduzir o Abandono Escolar / Desistência	OE2
Promover o enriquecimento da vertente sociocultural e da cidadania na formação dos/as alunos/as	OE3
Desenvolver a Inteligência Emocional de toda a Comunidade Escolar	OE4
Assegurar e reforçar a articulação curricular e a coordenação das equipas pedagógicas	OE5
Promover a melhoria e a eficácia dos processos educativos	OE6
Apoiar e incentivar a participação dos/as diferentes intervenientes na vida da escola	OE7
Assegurar o estabelecimento de parcerias, protocolos e projetos	OE8
Promover o conhecimento de opções de formação e saídas profissionais	OE9
Promover a Empregabilidade	OE10
Avaliar o impacto e a adequabilidade da formação realizada pela escola	OE11
Melhorar as condições materiais e tecnológicas da escola	OE12
Promover ações de formação que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional da comunidade envolvente.	OE13
Promover a Autoavaliação Interna	OE14

De seguida, apresenta-se a esquematização dos OE: objetivos específicos, metas, mecanismos de operacionalização e indicadores.

OE1 - Promover o Sucesso Escolar

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, implementando práticas de diferenciação pedagógica em sala de aula com recurso à coadjuvação e a instrumentos diversificados e, adotando medidas de promoção do sucesso escolar: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar as taxas de conclusão dos cursos profissionais; ▪ Diminuir o número de alunos/as com módulos em atraso; ▪ Aumentar a média global dos cursos profissionais; ▪ Existindo a oferta formativa, melhorar as taxas de certificação escolares e profissionais dos CEF. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a Taxa de Conclusão: <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico inicial do Triénio 2017/2020: 59,3% - Resultado obtido no Triénio 2018/2021: 56% - Resultado obtido no Triénio 2019/2022: 71,4% - Meta para o Triénio 2020/2023: 68,5% - Meta para o Triénio 2021/2024: 68,6% - Meta para o Triénio 2022/2025: 68,7% ▪ Situar a Média global dos cursos profissionais: 12 valores ▪ Existindo a oferta formativa, Taxa de certificação escolar e profissional dos CEF: 95%.
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuar a dinamização do Centro de Apoio à Aprendizagem e proporcionar aulas de apoio às disciplinas de Matemática, Física e Química e Português aos/às alunos/as com mais dificuldades de aprendizagem. ▪ Incentivar os/as ex-alunos/as a realizar os exames aos módulos em atraso. ▪ Incentivar os/as alunos/as a realizar os exames nas épocas especiais de recuperação dos módulos em atraso; ▪ Realizar os momentos de avaliação necessários. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicador EQAVET nº4. ▪ Relatórios do eSchooling. ▪ Registo de presenças nas Aulas de Apoio / Centro de Apoio à Aprendizagem. ▪ Atas de reuniões dos Conselhos de Turmas sobre a definição das estratégias de promoção de aprendizagem / sucesso escolar.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do ponto na Ordem de Trabalho dos Conselhos de Turma: “Promoção do Sucesso Escolar- Estratégias”. ▪ Aplicar as medidas de promoção da aprendizagem e do sucesso escolar, sugeridas pelos membros dos Conselhos de Turma e aprovadas em Conselho Técnico-Pedagógico. ▪ Aferir quais as Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão aos/às alunos/as com dificuldades de aprendizagem; ▪ Aplicar diferentes métodos e instrumentos de avaliação, adequando-os o mais possível às especificidades de cada aluno/a; ▪ Fomentar a utilização de recursos tecnológicos para a criação de ambientes estimulantes e favoráveis à aprendizagem. 	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção-geral ▪ Direção Pedagógica ▪ Direção de Turma ▪ Coordenação de curso ▪ Conselho Técnico-Pedagógico ▪ SPO – Serviço de Psicologia e Orientação ▪ EMAEI – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

OE2 – Reduzir o Abandono Escolar

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuir a taxa de abandono escolar / desistência dos/as alunos/as, especialmente nos cursos profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuir a Taxa de Abandono Escolar: - Diagnóstico inicial do Triénio 2017/2020: 12,4% - Resultado obtido no ano letivo 2020/2021: 8,3% - Resultado obtido no ano letivo 2021/2022: 14% - Meta para o triénio 2020/2023: 10% - Meta para o triénio 2021/2024: 9% - Meta para o triénio 2022/2025: 8%
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar e registar elementos de risco (módulos em atraso, falta de assiduidade, registo de ocorrências disciplinares, situação socioeconómica...); ▪ Promover o acompanhamento regular dos/as alunos/as com dificuldades de aprendizagem através do Serviço de Orientação e Psicologia (SPO) e EMAEI; ▪ Promover a utilização dos mecanismos de recuperação modular para prevenir o insucesso; ▪ Promover a frequência do Centro de Apoio à Aprendizagem, de modo a potenciar o seu sucesso escolar; ▪ Promover, através da EMAEI, do SPO, do/a Diretor/a de Turma, dos/as Docentes e Não Docentes a integração e inclusão de todos/as os/as alunos/as; ▪ Aumentar o número de intervenções da Direção de Turma e da Psicóloga junto dos/as discentes em risco de saída precoce. ▪ Informar os pais / Encarregados/as de Educação sobre a ausência dos/as alunos/as na sala de aula. ▪ Manter atualizado o observatório do abandono escolar para registo de todos os casos, de modo a estudar o perfil do/a aluno/a em risco; ▪ Recolha de dados que permitam identificar as causas do abandono escolar, de modo a traçar estratégias de combate ao abandono escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicador EQAVET nº4. ▪ Relatórios do eSchooling: ▪ Inquérito “Abandono Escolar”: MOD.049.02 ▪ Sociografia “Perfil dos Alunos”: MOD.130.01
	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção-Geral ▪ Direção Pedagógica ▪ Direção de Turma ▪ Conselho Pedagógico ▪ SPO – Serviço de Psicologia e Orientação ▪ EMAEI – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

OE3 – Promover o enriquecimento da vertente sociocultural e da cidadania na formação dos/as alunos/as

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver nos/as alunos/as uma consciência cívica, social e cultural/ intercultural; Valorizar a identidade da Escola através do desenvolvimento de projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> Colocar a taxa de concretização dos objetivos dos Projetos: 100% Situar o nº de projetos ativos em cada ano letivo: pelo menos 3. Situar o nº de clubes escolares em cada ano letivo: pelo menos 2. Aumentar, em cada ano letivo, o nº de participações da comunidade escolar em atividades organizadas por <i>stakeholders</i> externos.
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> Executar a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Adequar o Plano Anual de Atividades aos domínios da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; Implementar projetos e atividades de promoção da cidadania, da responsabilidade cívica, profissional e aceitação da diferença; Participar em projetos de âmbito ambiental e da sustentabilidade; Realizar atividades de Educação para a Saúde como sessões de esclarecimento, rastreios e campanhas (ou outras); Comemorar dias nacionais, internacionais e outros de relevo; Promover visitas de estudo a museus, feiras profissionais e exposições; Proporcionar idas a teatros e a espetáculos; Proporcionar momentos de partilha de saberes e experiências de âmbito sociocultural; Participar em palestras, colóquios e seminários e outras manifestações de âmbito sociocultural; Criar clubes escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> Nº de projetos / atividades incluídos nas planificações e no PAA (MP.007.01). Plano de Estratégia de Educação para a Cidadania da EPAVE: MOD.064.03 Nº de alunos/as por turma inscritos em cada clube escolar: MOD.269.03 Relatórios de desenvolvimento / avaliação dos Projetos. Nº de alunos participantes em mobilidades ERASMUS+
	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> Coordenador/a dos Projetos Educativos Docentes / Técnicos/as responsáveis pelos projetos Docentes / Técnicos/as responsáveis pelos clubes escolares Equip'Ativa Equipa de Gestão ERASMUS+

OE4 – Desenvolver a Inteligência Emocional de toda a Comunidade Escolar

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir para a promoção e prevenção da saúde mental juvenil e potenciar o seu desenvolvimento individual; ▪ Desenvolver competências socio-emocionais de promoção de desenvolvimento pessoal e interpessoal; ▪ Reforçar a autoestima e a autoconfiança dos/as alunos/as; ▪ Prevenir comportamentos de indisciplina e <i>bullying</i>; ▪ Incrementar os níveis de inteligência emocional; ▪ Fomentar o bem-estar e tranquilidade dos/as alunos/as e dos/as professores/as. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar o nível de inteligência emocional em 10%; ▪ Diminuir o número de situações de ocorrências disciplinares em 5%; ▪ Aumentar o número de elementos ativos nos Clubes/Projetos em 15%. ▪ Manter o mesmo número de Clubes/Projetos escolares ativos ao longo dos três anos. ▪ Reduzir a Taxa de Abandono Escolar de acordo com o OE2.
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar o nível de inteligência emocional, individualmente, em contexto de sala de aula; ▪ Identificar, em articulação com a Direção de Turma, quais os/as grupos/turmas que apresentem comportamentos de indisciplina; ▪ Realizar dinâmicas em sala de aula, de modo a potenciar e desenvolver a IE dos/as alunos/as; ▪ Promover a participação na atividade “Escape Room Castelo de Lanhoso”, com o objetivo de fortalecer o trabalho em equipa e a partilha; ▪ Ação formativa/sensibilizadora para docentes, no âmbito da parentalidade positiva. ▪ Disponibilizar apoio psicopedagógico aos/às alunos/as que apresentem maior dificuldade em gerir as suas emoções; ▪ Potenciar a participação ativa dos/as alunos/as no “Clube Comunitário”, no “Clube da Escolas”, bem como no programa “Escolas pelos Direitos da Criança”; ▪ Realizar de <i>Workshops</i> e palestras motivacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise evolutiva do resultado do questionário de inteligência emocional; ▪ Registo de presença de atendimento no Serviço de Psicologia e Orientação (SPO); ▪ Registo da avaliação anual dos/as alunos/as; ▪ Nº de alunos/os inscritos/as nos Clubes/Projetos escolares; ▪ Nº de Clubes e Projetos ativos.
RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ SPO – Serviço de Psicologia e Orientação ▪ Direção de Turma / Conselho de Turma ▪ Coordenador/a dos Projetos Educativos ▪ Docentes/Técnicos responsáveis pelos projetos ▪ Docentes/Técnicos/as responsáveis pelos clubes escolares ▪ Equip’Ativa 	

OE5 – Assegurar e reforçar a articulação curricular e a coordenação das equipas pedagógicas

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Difundir o trabalho colaborativo e a interdisciplinaridade entre os/as docentes; ▪ Reforçar a planificação concertada de documentos estruturantes da EPAVE; ▪ Desenvolver a articulação curricular e gestão dos programas curriculares, em função do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e Perfil específico de cada curso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a Taxa de concretização do Plano Anual de Atividades MP.007.01: 70% ▪ Situar o Nº de projetos ativos em cada ano letivo: pelo menos 3. ▪ Situar o Nº de clubes escolares em cada ano letivo: pelo menos 2. ▪ Situar o Nº de atividades interdisciplinares em cada ano letivo: 2 por turma
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de reuniões de docentes para o planeamento do processo ensino / aprendizagem, regulado pelas Aprendizagens Essenciais, aprendizagens a promover no âmbito dos conhecimentos, capacidades, características e atitudes, conducente à consecução do/a Perfil do/a Aluno/a; ▪ Adequar e organizar documentos pedagógicos de acordo com Perfil dos/as Alunos/as à Saída da Escolaridade Obrigatória e Perfil específico de cada curso; ▪ Planear e organizar atividades interdisciplinares inseridas no Plano Anual de Atividades; ▪ Planear e organizar atividades enquadradas nos diversos domínios da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; ▪ Dinamizar clubes escolares e projetos em articulação com diferentes docentes; ▪ Articular com a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação (EMAEI) na implementação de práticas pedagógicas inclusivas: <ul style="list-style-type: none"> - Definir e aplicar as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, bem como a avaliação da eficácia das mesmas; - Apoiar o Centro de Apoio à Aprendizagem; - Colaborar na elaboração do Relatório Técnico-Pedagógico, do Programa Educativo Individual e do Plano Individual de Transição. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de projetos/atividades incluídos nas planificações e no PAA (MP.007.01); ▪ Plano de Estratégia de Educação para a Cidadania da EPAVE: MOD.064.03; ▪ Nº de alunos/as, por turma, inscritos em cada clube escolar e aulas de apoio: MOD.269.03; ▪ Nº de reuniões de Conselho de Turma, cuja ordem de trabalhos refere “Conteúdos Programáticos e Interdisciplinaridade”.
RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção-geral ▪ Direção Pedagógica ▪ Direção de Turma ▪ Conselho Técnico-Pedagógico ▪ Coordenador/a de Direção de Turma ▪ Coordenador/a dos Projetos Educativos ▪ EMAEI 	

OE6 – Promover a melhoria e a eficácia dos processos educativos

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> Garantir procedimentos educativos que assegurem o cumprimento das metas e objetivos definidos para a consecução do Sistema de Gestão de Qualidade, alinhados com o Quadro EQAVET; Reforçar a transparência sobre os indicadores e metas alcançadas pela Escola; Incrementar a qualidade dos programas curriculares em termos de conteúdo e estrutura formal; Aumentar o rigor do ensino, por forma a reforçar a imagem e a identidade da EPAVE no contexto de Ensino de qualidade; Aumentar a eficácia da Formação em Contexto de Trabalho (FCT). 	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento de, pelo menos, as linhas gerais da Política de Qualidade por parte da comunidade escolar; Corpo docente ter conhecimento, numa perspetiva de melhoria contínua, sobre os indicadores e metas conseguidos e as metas propostas; Situar o grau de avaliação do processo de ensino / aprendizagem dinamizado pelo/a docente da disciplina, pelos/as alunos/as: 3,5 valores (escala de 0 a 4 valores) Aumentar a taxa de transição anual com todos os módulos realizados: 60% Aumentar a taxa de alunos que transitam de ano com a assiduidade regularizada: 90% Situar a Taxa de Conclusão das PAP's: 85% Situar a Taxa de concretização dos estágios: 95% Situar a Média geral dos estágios: 16,5 valores Situar a Taxa de sucesso dos estágios europeus: 100% Aumentar a avaliação global do processo de FCT pelas empresas acolhedoras: Bom para 50%; Muito Bom para 30%.
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> Disseminar a Política de Qualidade junto da comunidade escolar, através de mecanismos físicos e digitais; Informar a comunidade escolar sobre os indicadores e metas alcançadas no âmbito do processo EQAVET, referentes ao ano letivo transato; Disponibilizar a toda a comunidade os Critérios de Avaliação, enquadrados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Executar a avaliação ao processo de ensino / aprendizagem, dinamizado pelo/a docente da disciplina, através da aplicação do inquérito por questionário (trimestral) aos/às alunos/as; Analisar os resultados pedagógicos expressos nas pautas intermédias e finais dos cursos e relatórios do <i>e-Schooling</i>; Concretizar a avaliação da execução da FCT através da aplicação de um inquérito por questionário às empresas de estágio. 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios do <i>eSchooling</i>; Análise da avaliação da FCT por parte das empresas de estágio; Análise trimestral da avaliação aos/às professores/as da disciplina executada pelos/as alunos/as: MOD.009.02; Atas das reuniões de Conselho Técnico-Pedagógico e Conselhos de Turma.
	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> Direção-geral e Direção Pedagógica SGQ Direção de Turma Conselho Técnico-Pedagógico Corpo Docente Coordenação de Curso EMAEI

OE7 – Apoiar e incentivar a participação dos diferentes intervenientes na vida da escola

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar o envolvimento dos <i>stakeholders</i> externos na vida da Escola; ▪ Reforçar as relações com as entidades sociais locais; ▪ Agilizar a cooperação com profissionais e serviços de diferentes domínios nas diversas atividades da EPAVE; ▪ Promover a participação de entidades locais no desenvolvimento da formação prática, por forma a estimular a integração de novas estratégias e abordagens nos processos de ensino e aprendizagem; ▪ Fomentar as relações e a proximidade com as escolas locais; ▪ Incentivar os/as pais/mães e encarregados/as de educação, a participar no acompanhamento do processo de aprendizagem dos/as alunos/a e nas atividades organizadas pela Escola; ▪ Promover a participação ativa da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas pela Escola. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar em 5%, em cada ano letivo, o nº de atividades realizadas com a participação de <i>stakeholders</i> externos; ▪ Aumentar em 5%, em cada ano letivo, o nº de participações da comunidade escolar em atividades organizadas por entidades externas; ▪ Aumentar em 2%, em cada ano letivo, o nº de participações de entidades locais no desenvolvimento da formação prática; ▪ Aumentar em 2%, em cada ano letivo, o nº de alunos/as que visitem a Escola; ▪ Aumentar em 2%, em cada período escolar, o nº de Encarregados/as de Educação nas reuniões com o/a Diretor/a de Turma.
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer acordos formais e informais com diferentes agentes locais, regionais e nacionais para a participação em diferentes domínios da EPAVE, nomeadamente atividades, formação, clubes escolares e projetos escolares; ▪ Planear e organizar atividades que envolvam <i>stakeholders</i> externos; ▪ Participar em atividades organizadas por entidades locais e regionais; ▪ Elaborar o Plano de Formação Interna tendo em conta a participação ativa de agentes externos; ▪ Realizar atividades promovidas por alunos/as e docentes; ▪ Planear momentos de intercâmbio de experiências, nomeadamente através do contacto com ex-alunos/as da escola; ▪ Promover e participar em palestras, colóquios e seminários com a presença de quadros de empresas e instituições diversas; ▪ Organizar o evento “Escola Aberta”, proporcionando espaço para visitas das escolas locais. ▪ Promover ações formação em horário pós-laboral 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano Anual de Atividades: MP.007.01; ▪ Gestão da Formação Interna: MOD.060.01; ▪ Registos de contacto com os/as Encarregados/as de Educação: MOD.327.02; ▪ Registo de presenças dos/as Encarregados/as de Educação nas reuniões com Diretores/as de Turma: MOD.319.03 e MOD.043.04.
RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção-geral e Direção Pedagógica ▪ Direção de Turma e conselho de turma ▪ Coordenador/a de Direção de Turma ▪ Todos/as os/as proponentes e envolvidos/as na prossecução das atividades 	

OE8 – Assegurar o estabelecimento de parcerias, protocolos e projetos

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensificar a relação Escola/Meio, estabelecendo protocolos e parcerias com a rede empresarial da região e instituições que sejam mais-valia para a comunidade escolar; ▪ Fomentar a proximidade entre o Ensino Profissional e as Instituições de Ensino Superior; ▪ Envolver alunos/as, docentes e não docentes em projetos europeus. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer anualmente, pelo menos, 1 parceria / protocolo com entidades públicas e privadas; ▪ Até 2025, estabelecer 20 novas parcerias no âmbito da Formação em Contexto de Trabalho; ▪ Até 2025, estabelecer 10 novas parcerias no âmbito da co formação. ▪ Até 2025, estabelecer 2 novas parcerias com Instituições do Ensino Superior; ▪ Colocar em mobilidade europeia, pelo menos, 15 discentes e 4 docentes / colaboradores/as em cada ano letivo.
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contacto com entidades externas a partir do SIPRAVE ▪ Desenvolver candidaturas financeiras ao Programa <i>Erasmus+</i>, programa da Comissão Europeia nos domínios da Educação, Formação, Juventude e do Desporto. ▪ Parcerias/protocolos com entidades formadoras certificadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de parcerias concretizadas; ▪ Nº de protocolos estabelecidas com <i>stakeholders</i> externos europeus no desenvolvimento de mobilidades europeias; ▪ Nº de mobilidades efetuadas em cada ano letivo.
	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção-geral e Direção Pedagógica ▪ Equipa de Gestão de Projetos Europeus ▪ SIPRAVE – Serviço de Inserção Profissional do Alto Ave ▪ Coordenadora de Projetos Pedagógicos

OE9 – Promover o conhecimento de opções de formação e saídas profissionais

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificar a oferta formativa da Escola, respondendo ao plano estratégico nacional de cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos; ▪ Promover o conhecimento sobre as saídas profissionais e o perfil de desempenho profissional dos cursos; ▪ Incentivar a especialização profissional e o prosseguimento de estudos; ▪ Aumentar o número de diplomados que ingressam no Ensino Superior (CTESP ou Licenciatura) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação de novos cursos de oferta formativa; ▪ Aumentar o nº de candidatos à oferta formativa da Escola; ▪ Aumentar a taxa de diplomados/as que prosseguiram estudos <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico inicial do Triénio 2017/2020: 51,1% - Resultado obtido no Triénio 2018/2021: 9% - Resultado obtido no Triénio 2019/2022: 13% - Meta para o Triénio 2020/2023: 10% - Meta para o Triénio 2021/2024: 10,1% - Meta para o Triénio 2022/2025: 10,2%
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar visitas de estudo a feiras e outras iniciativas de divulgação de formação e saídas profissionais; ▪ Realizar visitas de estudo a empresas e instituições dos ramos de atividade afins aos cursos; ▪ Participar em feiras e outras iniciativas de divulgação de formação e saídas profissionais, promovidas por escolas e entidades locais; ▪ Elaborar candidaturas a novas ofertas formativas; ▪ Desenvolver uma Promoção da Oferta Formativa em mecanismos digitais adequados ao público-alvo. ▪ Organizar o evento “Escola Aberta” que promova visitas de alunos/as do 9º ano de escolaridade às oficinas e espaços da EPAVE; ▪ SIPRAVE: <ul style="list-style-type: none"> - Divulgar informação sobre o prosseguimento de estudos; - Apoiar os/as alunos/as na candidatura a CETSP e Licenciaturas; - Apoiar os/as alunos/as na realização das matrículas e candidatura a bolsas de Ensino Superior. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de Oferta Formativa com novos cursos; ▪ Nível de procura: inscritos/vagas; ▪ Taxa de Ocupação: turmas constituídas/turmas previstas; ▪ Plano Anual de Atividades: MP.007.01; ▪ Indicador EQAVET 4.
	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção-geral e Direção Pedagógica ▪ SIPRAVE ▪ Serviço de Psicologia e Orientação.

OE10 – Promover a Empregabilidade

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o número de diplomados/as empregados/as. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a Taxa de diplomados/as empregados/as <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico inicial do Triénio 2017/2020: 53,3% - Resultado obtido no Triénio 2018/2021: 51% - Resultado obtido no Triénio 2019/2022: 41,3% - Meta para o Triénio 2020/2023: 41,3% - Meta para o Triénio 2021/2024: 41,4% - Meta para o Triénio 2022/2025: 41,5%
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> Levantamento dos interesses e expectativas profissionais dos/as alunos/as à entrada, bem como dos/as finalistas sobre a pós-conclusão do curso profissional; Dinamizar Técnicas de Procura de Emprego junto dos/as finalistas; Divulgar ofertas de emprego locais e regionais no Grupo “EPAVEemprego” (Facebook). Apoiar individualmente alunos/as e ex-alunos/as na construção dos <i>Curriculum Vitae</i> e Cartas de Candidatura / Apresentação; Reencaminhar as ofertas de emprego de acordo com os interesses e expetativas de cada aluno/a e ex-aluno/a; Organizar visitas de estudo a empresas diretamente relacionadas com cada área profissional; Estabelecer um trabalho em rede com empresas e entidades locais, por forma a promover a empregabilidade dos/as jovens; Promover sessões de partilha de experiências e percursos profissionais de diplomados/as junto dos/as alunos/as; Promover encontros tecnológicos entre empresas, diplomados/as e alunos/as. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de ações desenvolvidas pelo SIPRAVE no apoio aos/às alunos/as e ex-alunos/as; Plano Anual de Atividades: MP.007.01; Indicador EQAVET 5a); Indicador EQAVET 6a).
	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> Direção-geral e Direção Pedagógica Direção de Turma Coordenadores/as de Curso SIPRAVE Serviço de Psicologia e Orientação

OE11 – Avaliar o impacto e a adequabilidade da formação realizada pela escola

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar o processo de inserção profissional e/ou prosseguimento de estudos dos/as diplomados/as; ▪ Analisar se a avaliação das empresas empregadoras, acerca das competências e conhecimentos técnicos dos/as diplomados/as, é superior a 80% (muito bom). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a Taxa de diplomados/as a exercer profissões relacionadas com o Cursos/AEF <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico inicial do Triénio 2017/2020: 22,2% - Resultado obtido no Triénio 2018/2021: 15% - Resultado obtido no Triénio 2019/2022: 16% - Meta para o Triénio 2020/2023: 16,1% - Meta para o Triénio 2021/2024: 16,2% - Meta para o Triénio 2022/2025: 16,3% ▪ Aumentar a Taxa de satisfação dos/as empregadores/as dos/as diplomados/as <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico inicial do Triénio 2017/2020: 91,1% - Resultado obtido no Triénio 2018/2021: 91% - Resultado obtido no Triénio 2019/2022: 91% - Meta para o Triénio 2020/2023: 91,2% - Meta para o Triénio 2021/2024: 91,3% - Meta para o Triénio 2022/2025: 91,4% ▪ Aumentar a Taxa de diplomados/as que prosseguiram estudos <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico inicial do Triénio 2017/2020: 51,1% - Resultado obtido no Triénio 2018/2021: 9% - Resultado obtido no Triénio 2019/2022: 13% - Meta para o Triénio 2020/2023: 10% - Meta para o Triénio 2021/2024: 10,1% - Meta para o Triénio 2022/2025: 10,2%
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contactar os/as diplomados/as 6 meses após a conclusão do Curso Profissional, no sentido de registar a sua situação profissional; ▪ Aplicar inquérito por questionário às empresas que contrataram os/as diplomados/as, a fim de efetuar a avaliação da adequabilidade das competências técnicas dos/as jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicador EQAVET 5a); ▪ Indicador EQAVET 6a); ▪ Indicador EQAVET 6b3); ▪ Relatório de Avaliação dos Indicadores, MOD.204.01.
	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recolha de Dados: Gabinete do Aluno e Diretores/as de Turma ▪ Tratamento de dados: SIPRAVE

OE12 – Melhorar as condições materiais e tecnológicas da escola

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar e assegurar a manutenção de equipamentos e recursos tecnológicos da escola; ▪ Equipar os espaços oficinais com equipamentos e materiais; ▪ Adquirir equipamentos que contribuam para a sustentabilidade ambiental e que correspondam às normas ambientais impostas na União Europeia; ▪ Modernizar o mobiliário para as salas de aulas teóricas; ▪ Melhorar a Biblioteca Escolar; ▪ Melhorar as infraestruturas da escola; ▪ Retificar o valor da iluminância do edifício, de acordo com o enquadramento normativo (ISO 8995-1:2002), permitindo reduzir em quase 90% o consumo energético; ▪ Zelar pela segurança do edifício escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reequipar, até 2025, todas as salas de aulas e serviços com recursos tecnológicos. ▪ Reequipar, até 2025, as oficinas de Mecatrónica Automóvel e de Eletrónica com novos equipamentos e ferramentas; ▪ Reequipar, até 2025, 60% das salas de aulas teóricas com novo mobiliário escolar; ▪ Integrar, até 2025, a Rede das Bibliotecas Escolares por forma a melhorar o acervo e a consolidação da utilização em rede do programa de gestão documental da Biblioteca Escolar; ▪ Melhorar dos pisos do edifício, nomeadamente a Biblioteca/Sala de Convívio; ▪ Requalificação, até 2025, das oficinas de Eletrónica e de Mecânica Automóvel. ▪ Substituir, até 2025, as lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED em 60% do edifício. ▪ Realizar, pelo menos 1 vez por ano, um simulacro ou um exercício promovido pela EPAVE com o apoio da Comissão Municipal de Proteção Civil.
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efetuar um Registo de Manutenção de Equipamentos / Serviços Tecnológicos, tendo em conta as necessidades identificadas pelos/as docentes e colaboradores/as; ▪ Realizar em cada ano letivo um plano de intervenção e manutenção dos equipamentos; ▪ Realizar visitas técnicas pela equipa de Higiene e Segurança no Trabalho; ▪ Controlar a implementação das MAP (Medidas de Autoproteção); ▪ Substituir o sistema de iluminação por lâmpadas LED; ▪ Realizar simulacros no âmbito das MAP. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Registo de Manutenção de Equipamentos / Serviços Tecnológicos; ▪ Mapa de execução financeira do CTE; ▪ Relatórios de Auditoria e Plano de Controlo das Medidas a Implementar: DST.004.03; ▪ Procedimento na Identificação de Perigos e Avaliação dos Riscos Profissionais: DST.010.06; ▪ Relatórios de Avaliação dos Níveis de Iluminância nos Locais de Trabalho: DST.018.06; ▪ MAP – Medidas de Autoproteção, Edição 01.
	<p style="text-align: center;">RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção-geral ▪ Responsável pela Manutenção ▪ Departamento de HSST/Qualidade

OE13 – Promover ações de formação que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional da comunidade envolvente.

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir para a realização pessoal e desenvolvimento profissional dos/as docentes e não docentes, na perspetiva do seu desempenho para a contínua melhoria dos resultados escolares; ▪ Garantir a formação contínua dos Recursos Humanos de acordo com a legislação vigente: Boletim de Trabalho e Emprego, nº 37/2021, de 8 de outubro; Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro; ▪ Aumentar as competências digitais dos Recursos Humanos e da comunidade externa; ▪ Proporcionar ações de formação formal e não formal, como programas de <i>job shadowings</i>, no âmbito do Programa <i>Erasmus+</i>; ▪ Alargar o leque da oferta formativa para a formação empresarial / formação modular para a comunidade externa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abranger, em cada ano civil, um mínimo de 10% do total dos/as trabalhadores/as efetivos da empresa, a um número mínimo de 40 horas de formação contínua; ▪ Todos os/as docentes internos/as frequentarem, anualmente, pelo menos uma (1) ação de formação de curta duração para a competência digital; ▪ Colocar anualmente, em mobilidade europeia, pelo menos, 4 docentes e/ou não docentes; ▪ Proporcionar anualmente, pelo menos, uma (1) ação de formação modular/ação de formação de curta duração para a comunidade externa. ▪ Promover ações de formação/sensibilização para Encarregados/as de Educação (EE): 1 em cada ano
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redação do Plano de Formação Interna (MOD.060.02), tendo em conta o Mapa de Competências e as necessidades de formação; ▪ Candidaturas ao financiamento do Programa <i>Erasmus+</i> para programas de <i>job shadowing</i> e/ou cursos de formação; ▪ Estabelecer parcerias com empresas privadas de formação profissional modular; ▪ Estabelecer parcerias com entidades públicas para a ministração de formação contínua nas áreas da Suporte Básico de Vida; Igualdade de Oportunidades; Primeiros Socorros; Manuseamento de Extintores e Carretéis, entre outras. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº horas de formação/nº de colaboradores/as, emitida pela Gestão da Formação Interna: MOD.060.01; ▪ Nº de <i>STAFF</i> participantes de mobilidade europeia; ▪ Nº de ações de formação (modular ou outra) realizadas para a comunidade externa. ▪ Nº de ações de formação/sensibilização realizadas com EE
	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção-geral ▪ SGQ ▪ Equipa de Gestão de Projetos Europeus ▪ Diretores/as de Turma

OE14 – Promover a Autoavaliação Interna

OBJETIVOS	METAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver práticas sistemáticas de autoavaliação das disciplinas e das atividades; ▪ Desenvolver o processo de autoavaliação por parte da Comunidade Escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Até 2025, todos os eixos de ação devem ter sido objeto de autoavaliação; ▪ Aumentar o grau de satisfação da Comunidade Escolar: 3,5 valores (escala de 0 a 4 valores) ▪ Aumentar a avaliação positiva da EPAVE pelos/as discentes: Bom para 50%; Muito Bom para 28%. ▪ Aumentar a avaliação positiva da EPAVE pelos/as Encarregados/as de Educação: Bom para 50%; Muito Bom para 28%.
MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicar os inquéritos de avaliação interna à comunidade escolar: - Alunos/as: MOD.009.02; - Corpo docente e corpo não docente: DST.029.01; - Encarregados/as de Educação: MOD.126.01. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório de Autoavaliação Anual: MOD.164.02; ▪ Avaliação dos Indicadores EQAVET: MOD.204.01.
	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direção-geral e Direção Pedagógica ▪ SGQ ▪ Diretores/as de turma

VIII - AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

A avaliação do Projeto Educativo visa medir o grau de realização das ações e atividades consumadas no seu plano estratégico, através das quais a EPAVE se propõe desenvolver a sua ação educativa. Esta avaliação constitui um processo de aferição de resultados obtidos, de metas alcançadas e de objetivos concretizados.

A avaliação do projeto educativo contempla um processo de retroação e de regulação da atividade educativa que, em momentos intercalares do seu percurso, solicitam a implementação de medidas de revisão do plano, de forma a superar problemas encontrados, ou a ajustar alguns objetivos e estratégias a novas circunstâncias ou contextos.

Para quantificar o nível de satisfação das metas do Projeto Educativo da Escola, a sua avaliação é realizada por um processo sistemático e contínuo, com recurso aos seguintes documentos: Plano Anual de Atividades; Plano de Formação Interna; Dados Estatísticos do Inquérito de Avaliação pelo corpo discente e Encarregados/as de Educação; Relatórios de Eficácia e Eficiência dos Indicadores; Plano de Ação e Monitorização de Indicadores.

Assim sendo, pressupõem-se a mobilização de todos/as os/as atores/atrizes educativos/as nas ações que têm como objetivos: o apoio, o controlo, a supervisão e a avaliação, para, dessa forma, assegurar a realização das medidas instituídas na linha de atuação; prevenir os desvios e retificar as ações para conseguir um grau de conformidade com o plano estratégico; a reflexão dos resultados da avaliação e controlo ao desempenho do sistema.

IX- ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Sendo o Projeto Educativo o documento estratégico da política da escola, deve constituir o referencial orientador da coerência e unidade educativas, comprometendo, na sua consecução, toda a comunidade escolar da EPAVE. Destes pressupostos, decorre a necessidade de divulgação a toda a comunidade escolar, após a sua aprovação pelo Conselho Técnico-Pedagógico da Escola.

Sabendo que a divulgação do Projeto Educativo contribui para a mobilização de todos/as os/as agentes em torno da consumação dos objetivos e metas nele consagrados, a EPAVE adota as seguintes metodologias:

- **Divulgação Externa:** através da sua publicação no *website* da EPAVE;
- **Divulgação Interna:** através de reuniões de Conselho Técnico-Pedagógico, Conselhos de Turma, Conselho Consultivo e Conselho de Administração;
- **Acessibilidade Física:** exemplares expostos na Secretaria e na Sala dos/as Professores/as.

X – DISPOSIÇÕES FINAIS

Alinhar a visão da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave é categórico, à qual este documento também obedece, sendo, por isso, um documento feito e pensado como um todo e por um todo. Nesse sentido, a experiência resultante de quase trinta anos, impulsiona a apostar no trabalho desenvolvido, porque se acredita na equipa de professores/as e formadores/as, colaboradores/as, alunos/as e encarregados/as de educação.

O Projeto Educativo 2022/2025 é um documento onde se encontram apresentadas as linhas de orientação, estabelecendo o compromisso com a Qualidade da sua oferta formativa e o caminho a percorrer. Por conseguinte, este documento ambiciona ser um documento ativo e partilhado, permitindo uma reflexão permanente e participativa da Comunidade Escolar da EPAVE.

O Projeto Educativo 2022/2025 foi elaborado com base na legislação em vigor, sendo aprovado pelo Conselho Técnico-Pedagógico da EPAVE, de acordo com o Regulamento Interno, para um horizonte temporal de três anos, estando contudo, aberto à sua reformulação e revisão, sempre que se verifique essa necessidade e/ou pertinência.

XI - BIBLIOGRAFIA

COSTA ADELINO, Jorge (2004). *Construção de projetos educativos nas escolas: traços de um percurso debilmente articulado*. Revista Portuguesa de Educação, Volume 17, n.º 2, 85-114

DAMÁSIO, António. (2004). *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. 15ª Edição. Mem Martins: Publicações Europa – América.

DELORS, Jacques (org.) (1996). *Educação: Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Coleção: Perspetivas Atuais / Educação. Rio Tinto: Edições Asa.

FRAZÃO, Lourenço (2006). *Da Escola ao Mundo do Trabalho. Competências e inserção socioprofissional*. 1ª Edição. Lisboa: Direção – Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

GOLEMAN, Daniel. (1995). *Inteligência Emocional*. Lisboa: Círculos de Autores

GOLEMAN, Daniel. (1996). *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva.

LEITE, C., GOMES, L., FERNANDES, P. (2001). *Projetos curriculares de escola e de turma*. Porto: Edições ASA.

Mayer, J. D., Salovey, P., & Caruso, D. R. (2004). *Emotional intelligence: theory, findings and implications*. *Psychological Inquiry*, 15(3), 197–215. Retirado de http://doi.org/10.1207/s15327965pli1503_02

SILVA, Maria Odete Emygdio. (2011). *Gestão das aprendizagens na sala de aula inclusiva*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.